

Relatório Anual de Atividades 2007



Foto tirada no Eco Resort do Cabo (PE)

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Guilherme Narciso de Lacerda

DIRETOR-PRESIDENTE

Carlos Alberto Caser

DIRETOR DE BENEFÍCIOS

Jorge Luiz de Souza Arraes

DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS

Demóstenes Marques

DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Sérgio Francisco da Silva

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bráulio de Carvalho

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA

CONSELHO DELIBERATIVO

Marcos Roberto Vasconcelos

PRESIDENTE

Antonio Henrique Pinheiro Silveira

Carlos Gomes Sampaio de Freitas

Carlos Levino Vilanova

Fabiana Cristina Meneguele Matheus

José Miguel Correia

CONSELHO FISCAL

Emanoel Souza de Jesus

PRESIDENTE

Fábio Lenza

Márcio Percival Alves Pinto

Olívio Gomes Vieira

SECRETÁRIO-GERAL

Fabiano Silva dos Santos

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

Valéria Fazzura

JORNALISTAS

Arlinda Carvalho, Carolina Boueri e Milena de Macedo

ASSISTENTE TÉCNICO

Mário Henrique da Silva Figueiredo

ANALISTAS DE COMUNICAÇÃO

Filipe Pataro e Wagner Fachine

COLABORADORES

Brenno Luiz Carvalho de Castro e Cecília Carla Figueiredo de Oliveira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Liberdade de Expressão

CTP E IMPRESSÃO

Bangraf

Esta é uma publicação anual, produzida pela FUNCEF, em atenção à exigência legal da Secretaria de Previdência Complementar e impressa em papel certificado, cuja produção não agride o meio ambiente.

Tiragem: 92.850 mil exemplares

SCN, Qd. 02, Bl. A, 12º e 13º andares,
Ed. Corporate Financial Center,
CEP 70712-900, Brasília-DF
Central de Atendimento 0800 979 1900
Telefone geral (61) 3329-1700
www.funcef.com.br

Agradecemos a **Wladia Drummond**, associada FUNCEF desde 2005, por ter cedido imagens para o Relatório Anual de Atividades 2007. As fotos foram feitas no Eco Resort do Cabo (PE), empreendimento do qual a Fundação é proprietária, entre os dias 26 e 29 de março de 2008, na ocasião do evento de reconhecimento de empregados da CAIXA atuantes na ação de endomarketing “Dezembro da Habitação”. O beija-flor da capa foi clicado a pedido da também associada Zulma Moreira Vizeu.

APRESENTAÇÃO

Esta publicação que chega agora até você é o Relatório Anual de Atividades FUNCEF 2007. Nele, estão relatadas as ações, investimentos, despesas, alterações do Estatuto e do Regulamento e pareceres relativos ao exercício passado. O objetivo é mostrar as ações realizadas durante o ano anterior e permitir que o associado acompanhe mais de perto a trajetória da sua Fundação.

Observamos que o envio das informações do Relatório Anual em meio impresso é obrigatório e atende às exigências da Resolução CGPC Nº. 23 de 06.12.2006, no artigo 4º: “O relatório anual de informações [...] deverá ser encaminhado em meio impresso aos participantes e assistidos”.

Além disso, é um direito do participante ativo, aposentado e pensionista ter acesso às informações sobre seu patrimônio, a fim de garantir a sua tranquilidade.

Preocupada em contribuir com a preservação do meio ambiente, a Fundação utiliza papel ecológico certificado em suas publicações, o que não causa o desmatamento das florestas.



A FUNCEF CADA VEZ MAIS FORTE

Mensagem da Diretoria Executiva

O ano de 2007 foi especial para a Fundação. Além do cuidado de sempre com os investimentos, a preocupação em atingir e até ultrapassar a meta atuarial, o controle e o planejamento estratégico dos negócios, o período foi marcado pela aproximação ainda maior da FUNCEF com seus associados. Reunimos participantes em atividade, aposentados e pensionistas de 12 estados brasileiros para comemorar nossos 30 anos.

Fizemos questão de estar presentes em todos esses locais, não só para celebrar o aniversário da Fundação, mas também para esclarecer dúvidas dos associados e participar da vida daqueles que formam nosso maior patrimônio.

E por falar em patrimônio, a rentabilidade geral da carteira de investimentos em 2007 alcançou 28,07%, resultado que ultrapassou em 17,13 pontos percentuais a meta atuarial do ano (10,94%). É válido destacar que cada plano – REG/REPLAN, REB e Novo Plano – tem rentabilidade própria.

No quesito rentabilidade geral, foi a maior diferença positiva obtida em toda a história da FUNCEF, que iniciou 2008 com um patrimônio de R\$ 32,1 bilhões. Chegamos ao fim do ano passado com 88.720 participantes e pagamos um total de R\$ 833 milhões em benefícios aos associados.

Mais uma boa notícia em 2007. Ao benefício saldado foi aplicado um aumento real de 5,35% (em janeiro de 2008) acima da inflação, um ganho importante para buscar a evolução dos benefícios dos associados.

Em outubro de 2007, a FUNCEF apresentou nova linha de crédito para seus associados: o Credinâmico, empréstimo concedido exclusivamente aos associados à Fundação. A nova modalidade pode ser contratada pela internet e o valor das prestações é debitado em conta corrente ou em folha de pagamento.

Ainda no ano passado, começamos a buscar, de forma prática e efetiva, os cerca de 13 mil empregados da CAIXA que ainda não participam da FUNCEF. Nossa comunicação procura interagir com as pessoas que estão fora da Fundação e mostrar que investir em previdência complementar é investir no futuro. As ações de incentivo à associação atravessarão 2008 com a meta de atingir os 100 mil associados.

Para isso, é muito importante a participação de todos, pois quanto mais componentes na Fundação, mais diluídos os riscos.

Outras decisões importantes, que apesar de terem sido tomadas no início de 2008 impactaram no Balanço 2007, foram o desagravamento da tábua de sobrevivência e a redução da taxa de juros de 6% para 5,5% no REG/REPLAN e REB.

Na área de Benefícios, o ano de 2008 já começou a todo vapor, com a reabertura do processo de Saldamento, o ingresso definitivo dos ex-PMPPs e com a migração, oportunamente, dos associados do REB para o Novo Plano. Tudo isso para trazer melhorias aos associados ativos, aposentados e pensionistas da FUNCEF.

OPÇÃO POR BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

Mensagem do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da FUNCEF é responsável pela definição da política geral de administração da Fundação e de seus planos de benefícios. Isso significa quase sempre agir no presente, visualizando o futuro. É uma tarefa árdua, que exige comprometimento e responsabilidade dos conselheiros. Felizmente, os bons resultados e as conquistas alcançadas pela FUNCEF em 2007 são um sinal de que o Conselho está conseguindo cumprir a sua missão.

O nosso Conselho opta pelas boas práticas de Governança Corporativa que, a cada ano, ganha força no Brasil e no mundo. As boas práticas de governança têm o objetivo de, entre outros aspectos, contribuir para a perenidade das organizações. Nos fundos de pensão, esse conceito ganha adaptações para se ajustar às necessidades do setor.

Em 2007, o Conselho Deliberativo tomou conhecimento e deliberou sobre diversos assuntos importantes. Entre muitos, destaca-se a aprovação da reestruturação organizacional da FUNCEF, em conformidade com o novo estatuto; o aperfeiçoamento dos mecanismos de controles internos, a revisão da meta atuarial, a antecipação da adoção da tábua de sobrevivência AT-83 plena e as ações direcionadas às melhorias no relacionamento com os associados.

Agora em 2008, entre os vários desafios, é preciso continuar o aprimoramento do sistema de atendimento aos associados. Sabemos que nesse processo, a transparência é fundamental para buscar um clima de confiança entre os participantes ativos, aposentados, pensionistas, patrocinadora e a sociedade em geral.

A comunicação não deve ficar apenas no âmbito do desempenho econômico-financeiro, mas também deve considerar os demais fatores que norteiam as ações da Fundação. Mais do que “a obrigação de informar”, a administração deve cultivar o “desejo de bem informar”.

Ainda este ano, vamos prosseguir melhorando o sistema de controles internos da FUNCEF e trabalhar para que a Entidade siga realizando investimentos rentáveis e ajustados às necessidades atuariais dos planos de benefícios, de forma a garantir o patrimônio de todos os associados.

Com orgulho, podemos afirmar que a FUNCEF caminha alinhada à missão institucional de promover e desenvolver a previdência complementar visando à qualidade de vida dos nossos associados.

APERFEIÇOAMENTO DE MECANISMOS DE CONTROLE

Mensagem do Conselho Fiscal

O ano de 2007 foi muito importante e produtivo para a FUNCEF. Encerramos o balanço com patrimônio total de mais de R\$ 32 bilhões. Essa rentabilidade foi bem superior à meta atuarial. Em praticamente todos os seguimentos da Fundação os investimentos e aplicações superaram estas metas.

Além disso, os bons resultados permitiram que a Fundação adotasse a tábua de sobrevivência AT-83 plena, um ano antes do previsto, o que nos dá mais tranquilidade de que as premissas atuariais estão verdadeiramente aderentes à nossa realidade e ao aumento da expectativa média de vida da nossa massa de associados.

A adoção do Fundo de Revisão de Benefícios durante 2007 permitiu reajustar, logo no início deste ano, os proventos dos assistidos e o valor do benefício saldado em 5,35% acima da inflação, o que nos permite comemorar uma tendência de recomposição do poder de compra destes proventos, embora ainda insuficiente para compensar o brutal arrocho da década de 1990.

No âmbito do Conselho Fiscal temos buscado ajudar a aperfeiçoar cada vez mais os mecanismos de controle da Fundação. O nosso modelo de RCI tem sido referencial para outros Fundos, e pretendemos aperfeiçoá-lo ainda mais.

Sugerimos à auditoria interna apresentar seus apontamentos, indicando o grau de risco de cada um deles para a Fundação, o que permite uma maior atenção do Conselho Fiscal para acompanhar mais de perto a solução daqueles de maiores risco.

O Conselho Fiscal propôs, também, o estabelecimento de uma política de responsabilização dentro da FUNCEF que se encontra em debate na Diretoria Executiva e no Conselho Deliberativo.

Para 2008, o Conselho Fiscal buscará aprofundar ainda mais os mecanismos de controle e fazer com que esses sejam transparentes e acessíveis ao conjunto dos participantes e associados.

Por fim, destacamos que o clima harmonioso que percebemos entre as instâncias da Fundação, bem como entre os diretores e conselheiros eleitos e os indicados pela patrocinadora, foi um importante fator para o sucesso e as conquistas alcançadas em 2007.

SUMÁRIO

Linha do tempo	8
Rentabilidade e Responsabilidade socioambiental: a união que dá certo	10
Bons resultados e mais benefícios para os associados	12
Entrevistas	17
Demonstração patrimonial e de resultados	19
Política de Investimentos	26
Relatório Resumo do Demonstrativo de Investimentos	36
Parecer atuarial dos Planos	49
Alterações no Estatuto da FUNCEF e Regulamento do Novo Plano	73



Arquivo FUNCEF

MARÇO OS EX-PMPPS ESTÃO NA FUNCEF

Durante todo o ano de 2007, a FUNCEF negociou para viabilizar o ingresso dos ex-associados do PMPP à Fundação. A vitória final foi concretizada em 11 de março de 2008, com a assinatura de um contrato da FUNCEF com a CAIXA.

MAIO GT TRIPARTITE

Entrega do relatório do GT que estudou a evolução dos dos benefícios pagos pela Fundação.



Arquivo FUNCEF



JULHO NOVO ESTATUTO

Publicado dia 1º de agosto no Diário Oficial da União, o Novo Estatuto traz alterações importantes, como a paridade na gestão da Diretoria Executiva.



AGOSTO LANÇAMENTO DO PROGRAMA MEU IMÓVEL

Assinaturas da presidenta Maria Fernanda e do presidente Guilherme Lacerda viabilizaram o convênio habitacional.



NOVEMBRO AUMENTO REAL PARA OS ASSISTIDOS

Em 2007 o aumento real foi de 3,54%. Somado ao aumento real de 4%, em 2006, e de 5,35%, em 2008, temos um acumulado de 13,44%.

DEZEMBRO REABERTURA DO SALDAMENTO DO REG/REPLAN

Diretor Carlos Caser em uma das palestras explicativas sobre o Saldamento realizadas em todo o país.



Arquivo FUNCEF



JUNHO REESTRUTURAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA FUNCEF

Apresentação do novo portal, com ferramentas arrojadas como a TV FUNCEF. A revista FUNCEF também ganhou layout leve com textos mais objetivos.

JUNHO APOIO AO ESPORTE

Associados vestiram a camisa da FUNCEF na Maratona do Rio de Janeiro.



Américo Vermelho

AGOSTO CONCURSO CULTURAL FUNCEF 30 ANOS

O Concurso Cultural FUNCEF 30 Anos, com o tema "O tempo", realizado em comemoração ao aniversário da Fundação, recebeu 346 inscrições de participantes ativos, aposentados e pensionistas. Foram premiados os vencedores nas categorias conto, poesia e fotografia.

Rita de fátima Bueno Vicente



Arquivo FUNCEF

OUTUBRO LANÇAMENTO DO CREDINÂMICO

Evento de lançamento do Credinâmico FUNCEF, no Teatro da CAIXA, em Brasília.



Arquivo FUNCEF

DEZEMBRO APROVAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DA FUNCEF

Para ajustar a Fundação às exigências do Novo Estatuto e melhorar o atendimento ao associado, a FUNCEF foi reestruturada.

DEZEMBRO RENTABILIDADE RECORDE

Resultado financeiro de 2007 bate recorde, superando em mais de 17 pontos percentuais as metas atuariais.



Rentabilidade e Responsabilidade socioambiental: a união que dá certo

A FUNCEF está cada vez mais comprometida com as ações socioambientais responsáveis e com o desenvolvimento do país. Esse tipo de iniciativa está prevista no Código que Conduta Corporativa da Fundação, no item “Relações com a Comunidade e o Meio Ambiente”.

CÓDIGO DE CONDUTA CORPORATIVA

4.7. Relações com a Comunidade e o Meio Ambiente

4.7.1 A FUNCEF se relaciona com a comunidade via projetos e investimentos que geram empregos e contribuem para a melhoria das condições de vida da população.

4.7.2 Em suas decisões sobre a contratação de serviços, compra de produtos ou a inversão de recursos em empreendimentos mobiliários, os gestores da FUNCEF devem atentar para o cumprimento, inclusive por parte dos parceiros e contratados, das normas ambientais, buscando, sempre, a preservação dos ecossistemas locais e a melhoria das condições sanitárias e de habitação das comunidades.

4.7.3 Em caso de danos causados ao meio ambiente, em função de obras ou serviços prestados à Fundação, os gestores devem exigir dos responsáveis a devida reparação, fazendo com que seja dado o correto tratamento a produtos e materiais que possam provocar prejuízos à saúde e ao meio ambiente.

4.7.4 O uso racional de energia, água e outros recursos naturais e o investimento em reciclagem de produtos e matérias-primas devem ser estimulados, inclusive através de parcerias com outras organizações.

INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

A partir de meados de 2006, a FUNCEF iniciou sua Política de Gestão Energética, que busca obter, de forma técnica e economicamente viável, a redução do desperdício no consumo de energia elétrica, gás e água sem prescindir do conforto dos usuários.

O resultado desta política é que em menos de dois anos foram economizados mais de R\$ 3 milhões. A gestão de plantas geradoras foi implementada no Eco Resort de Angra dos Reis (RJ), Eco Resort do Cabo (PE) e no hotel Renaissance (SP).

Outros empreendimentos da FUNCEF têm avançado nas ações de responsabilidade ambiental. O Auto Shopping Global, em São Paulo, colocou em execução, em março do ano passado, um projeto inédito de reaproveitamento de água da chuva. O sistema capta 5% da água da chuva pelo telhado, laje e estacionamento, que faz o tratamento e reutiliza para limpeza, irrigação de jardins, higienização de banheiros e lavagens de veículos. Essa ação gera uma economia de 60% do consumo mensal de água potável.

Com a finalidade de investir ainda mais em ações socialmente responsáveis, a Fundação também aplica parte do patrimônio em fundos de empresas com compromisso socioambiental.



Wlódia X. D. Drummond



Wlódia X. D. Drummond

UMA QUESTÃO DE PRINCÍPIOS

A FUNCEF, junto a outros 14 fundos de pensão brasileiros, aderiu aos Princípios para Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), programa da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse programa mundial tem como objetivo incentivar os investidores a incorporar variáveis ambientais, sociais e de governança corporativa em suas decisões.

O PRI foi lançado em Nova York, em 2006, e possui 194 signatários, que juntos detêm U\$ 9 trilhões em ativos de investimento. No Brasil, 17 entidades assinaram os princípios, representando aproximadamente R\$ 190 bilhões.

CONFIRA OS SEIS PRINCÍPIOS PARA O INVESTIMENTO RESPONSÁVEL:

- 1** Incluir as questões de meio ambiente, desenvolvimento social e governança Corporativa (ESG) nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão.
- 2** Sermos proprietários ativos e incorporar os temas de ESG nas políticas e práticas de detenção de ativos.
- 3** Buscar a transparência adequada nas empresas em que investimos quanto às questões de ESG.
- 4** Promover a aceitação e a implementação dos Princípios no conjunto de investidores institucionais.
- 5** Trabalhar juntos para reforçar nossa eficiência na implementação dos Princípios.
- 6** Divulgar nossas atividades e progressos em relação à implementação dos Princípios.

PREOCUPAÇÃO COM O AR QUE RESPIRAMOS

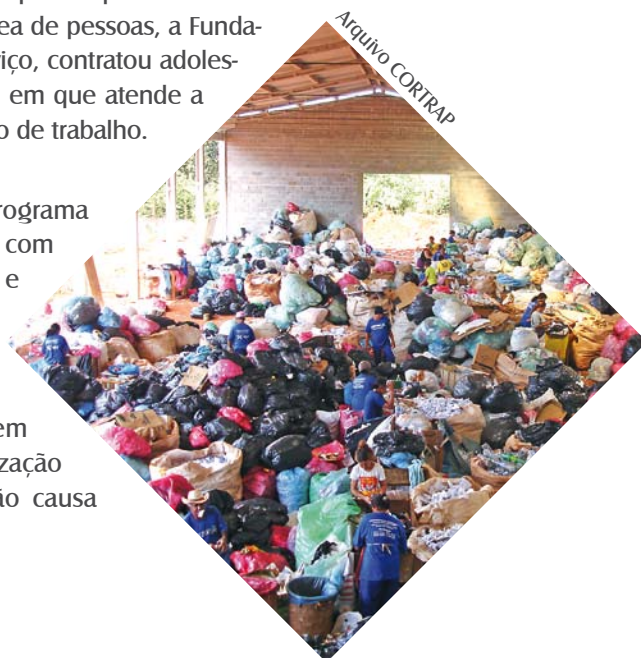
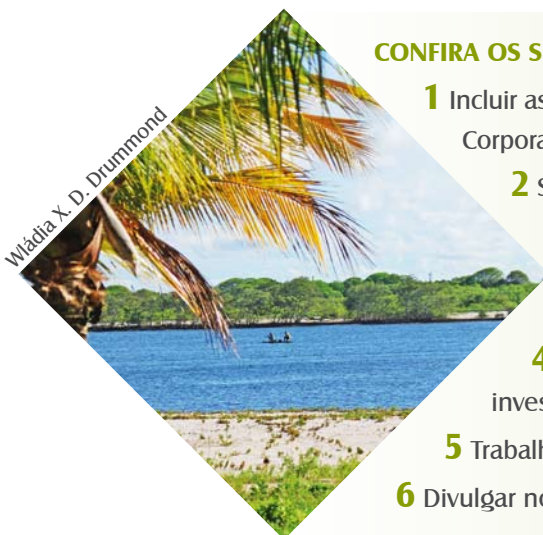
Para contribuir com a redução do efeito estufa e a preservação da atmosfera para as futuras gerações, a FUNCEF é signatária do Carbon Disclosure Project (CDP), uma iniciativa de 315 investidores institucionais globais, responsáveis pela gestão de U\$ 41 trilhões e que procuram investir em empresas socialmente responsáveis com a firme proposta de reduzir a emissão de gases.

INICIATIVAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS NA EMPRESA

Organizar ações social e ecologicamente corretas dentro da própria empresa também faz parte do escopo de responsabilidade social da FUNCEF. Na área de pessoas, a Fundação incorporou empregados de uma empresa prestadora de serviço, contratou adolescentes aprendizes e pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo em que atende a legislação, garante emprego a pessoas que estão fora do mercado de trabalho.

Além disso, os empregados da Fundação participam de um programa de reciclagem de papel, plástico e vidro, realizado em parceria com a empresa Corpore BR, que gerencia o prédio-sede da FUNCEF, e a Cooperativa de Reciclagem Trabalho e Produção (CORTAP), transformando assim o lixo reciclável em moeda social.

Por se preocupar com o meio ambiente, a Fundação tem adotado medidas para preservá-lo como, por exemplo, a utilização de papel ecológico certificado em suas publicações, que não causa o desmatamento das florestas.



Bons resultados e mais benefícios para os associados em 2007

O ano de 2007 superou as expectativas na administração da FUNCEF: rentabilidade recorde de 28,07% e patrimônio de R\$ 32,1 bilhões. Esse é o maior resultado financeiro da história da Fundação, que superou em 17,13 pontos percentuais as metas atuariais.

Além desse resultado histórico, a boa gestão da FUNCEF permitiu também a adoção de uma série de medidas que favoreceram diretamente os participantes, melhorando o benefício e a qualidade de vida de ativos e aposentados.

Confira as ações mais importantes:

REABERTURA DO SALDAMENTO

A reabertura do Saldamento do REG/REPLAN foi autorizada pela CAIXA dia 9 de novembro. A medida atendeu à reivindicação dos empregados da CAIXA durante negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2007. O novo prazo foi reaberto no período de 2 de janeiro a 1º de março de 2008 e prorrogado até o dia 4 de abril/2008 para empregados da ativa, aposentados e pensionistas que não saldaram na primeira oportunidade. As regras de adesão continuaram as mesmas do processo iniciado em 2006.

Para melhor informar os associados, diretores e gestores da Fundação realizaram mais de 68 palestras em todo o país no período de reabertura do saldamento. Também em 2007 foram resolvidas todas as pendências relacionadas ao processo.



AUMENTO REAL PARA OS ASSISTIDOS

Em janeiro de 2007, os bons resultados da FUNCEF permitiram repassar para o benefício saldado aumento real de 3,54%, além do reajuste regulamentar do INPC. A continuidade da boa rentabilidade permitiu também, em 1º de janeiro de 2008, um aumento real de 5,35%, além de 5,16% do INPC (ver tabela abaixo).

Em fevereiro de 2007, a FUNCEF constituiu um Grupo de Trabalho (GT), por reivindicação dos participantes, para propor alternativas visando à recuperação das perdas salariais. Essas perdas devem-se ao congelamento nos salários da Patrocinadora registradas no período de setembro 1995 a setembro de 2001.

O GT foi composto por representantes da FUNCEF e das entidades representativas FENAE, FENACEF E UNEI.



EVOLUÇÃO DO BENEFÍCIO SALDADO

DATA	PERCENTUAL – MOTIVO
1/2007	3,54% - Repasse do Fundo de Revisão de Benefício Saldado
1/2007	2,81% - INPC (para quem estava no REB)
1/2007	1,92% - INPC (para quem estava no REB/REPLAN)
1/2007*	4% - Artigo 120 REG/REPLAN
1/2008	5,35% - Aumento Real
1/2008	5,16% - INPC

* Retroativo a setembro de 2007, na ocasião do Saldamento

ADESÃO DOS EX-PMPPS À FUNCEF

Para viabilizar a adesão de assistidos do extinto fundo PMPP ao Novo Plano, a FUNCEF encaminhou à Secretaria de Previdência Complementar alteração do art. 103 do regulamento do Novo Plano. O documento foi aprovado pela SPC dia 29/11/2007. Essa mudança foi fundamental para o ingresso do grupo à Fundação, pois permitiu a assinatura de um contrato com a CAIXA, dia 11 de março de 2008, para a integralização definitiva dos assistidos.

Durante todo o ano de 2007, foram realizadas negociações entre FUNCEF e CAIXA para viabilizar a assinatura do contrato que garante o repasse, pela Patrocinadora, das reservas necessárias ao pagamento desses assistidos.

Essa conquista histórica foi resultado do esforço coletivo e do bom relacionamento entre a Fundação, a CAIXA e as entidades representativas. As negociações envolveram também o Ministério da Previdência Social e a Presidência da República, que se sensibilizaram com o problema.

Arquivo FUNCEF



AUMENTO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES DA FUNCEF

No triênio 2005/2007, houve um aumento superior a 16 mil novos associados. A meta é atrair cerca de 14 mil novos empregados da Caixa que ainda não aderiram a um plano de benefício complementar.

A Fundação fechou o ano de 2007 com 88.720 mil participantes, sendo 60.010 ativos, 646 autopatrocinados parciais, 704 autopatrocinados totais, 152 Benefícios Proporcionais Diferidos, 295 Participantes Prazo de Opção dos Institutos e 20.997 aposentados, e 5.916 pensionistas.



Renato Flor



CREDINÂMICO
FUNCEF

LANÇAMENTO DO CREDINÂMICO

A FUNCEF lançou, dia 30 de outubro 2007, o Credinâmico, uma nova linha de crédito com inúmeras vantagens para seus associados: teto de até R\$ 50 mil e limitado à margem consignável; prazo de até 72 meses para pagar, concessão on line e opção entre prestações variáveis (taxa de 7,9% ao ano + INPC) ou fixas (12.75% a.a.).

O empréstimo pode ser solicitado pelo site www.funcef.com.br ou pelo telefone **0800 979 1900** (Central de Atendimento da FUNCEF).

No final de dezembro, o Credinâmico já contava com 14.176 contratos, no valor de R\$ 466 milhões concedidos.

LANÇAMENTO DO PROGRAMA MEU IMÓVEL – OPERAÇÃO ESTRUTURADA CAIXA/FUNCEF

Para atender às necessidades de associados ativos, aposentados e pensionistas interessados na compra da casa própria, a FUNCEF e a CAIXA lançaram o programa Meu Imóvel, com taxas reduzidas de 0,75% e prazo de até 360 meses para pagar. O convênio habitacional entre a Fundação e a Patrocinadora foi assinado dia 3 de maio e validado dia 27 de agosto.

Gerido pela CAIXA, o programa contempla todas as faixas salariais e as regras são as mesmas das linhas de crédito já existentes com recursos do FGTS e da Poupança.

Taxas reduzidas – Com taxas reduzidas de 0,75 pontos em relação às praticadas pela Caixa (que variam de 6% a.a. + tr a 12,28% a.a.), o desconto pode chegar a 1,58% se o financiamento estiver fora do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), ou seja, quando o valor de avaliação do imóvel for superior a R\$ 350 mil.

As linhas de crédito para viabilizar o programa são o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).



RENTABILIDADE RECORDE DE 28%

A FUNCEF fechou o ano de 2007 com o maior resultado de sua história, com rentabilidade recorde de 28% e um patrimônio de R\$ 32,1 bilhões, superando em cerca de 17 pontos percentuais as metas atuariais.

A boa gestão da FUNCEF permitiu, além desse excelente resultado, a adoção de uma série de medidas favoráveis aos participantes. Dentre elas, destacam-se:

- Redução da meta atuarial de 6% para 5,5% para o REG/REPLAN e REB;
- Correção da tabela atuarial, adotando a Tabela AT 83 plena (mais adequada à realidade da massa de participantes da Fundação) para todos os planos;
- Reserva de recursos da ordem de R\$ 183 milhões para a cobertura de futura correção da tabela atuarial e da taxa de juros no REG/REPLAN (Saldado e Não Saldado);
- Constituição de Fundo no valor de R\$ 986.881 mil para Revisão de Benefícios, possibilitando a concessão de reajuste de 5,35% no REG/Replan saldado.



PERFORMANCES DAS CARTEIRAS

Renda Variável – Com rentabilidade excepcional em torno de 58%, os investimentos em renda variável apresentaram um aumento considerável nos últimos quatro anos, passando de 17,9% em 2003 para 35,95% em 2007. Os resultados favoráveis indicam o acerto da Fundação na política de sua alocação de recursos. O índice do Ibovespa no período 2007 foi de 43,68%.

Renda Fixa – Responsável por 54% do total de investimentos da FUNCEF, essa carteira atingiu uma rentabilidade em torno de 15%. A taxa SELIC no período 2007 foi de 11,88%.

Imóveis – Os investimentos imobiliários tiveram desempenho histórico em 2007, atingindo rentabilidade de 23%. A carteira responde por aproximadamente 6% do total de ativos da FUNCEF. O objetivo nessa área é manter o bom desempenho, mas reduzindo as disparidades dentro da carteira como um todo.

Operações com participantes – Neste segmento, a rentabilidade foi de 7,13%, sendo 13,27% com a carteira de empréstimo e – 40,80% com Financiamento Habitacional. Vale destacar que em 2007 foi lançado o Credinâmico, uma nova modalidade de empréstimo destinada exclusivamente aos associados da Fundação. Essa linha de crédito foi a principal responsável pelo crescimento de R\$ 238 milhões na carteira, que saltou de R\$ 718 milhões em 2006 para R\$ 956 milhões em 2007.

DIVERSIFICAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2007, a FUNCEF intensificou a prospecção e análise de operações de crédito privado e securitização, em linha com as definições estratégicas da política de investimentos aprovada para o ano.

Com R\$ 398,739 milhões, a carteira total obteve rentabilidade equivalente a INPC + 10,53% a.a., acima das metas atuariais.

As empresas brasileiras, vislumbrando um cenário de crescimento doméstico, sustentado pelo aquecimento da demanda interna, buscaram se capitalizar para expandir suas operações e atender à demanda crescente por seus produtos. Grande parte destas captações foram realizadas por meio de debêntures e fundos de direitos creditórios (FIDC), e em menor grau por certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e cédulas de crédito bancário (CCB).

Foi nesse contexto que a FUNCEF intensificou os investimentos em operações de crédito privado. De um total aproximado de 125 propostas de investimento recebidas, entre distribuições públicas e privadas, 31 foram selecionadas para pré-análise, 11 tiveram parecer favorável da área gestora e 6 foram efetivamente realizadas. O total investido no ano, em novos investimentos desta modalidade, foi de aproximadamente R\$ 180,4 milhões.

ÁREA IMOBILIÁRIA: RENTABILIDADE RECORDE

Responsável por aproximadamente 6% do total dos ativos da Fundação, a carteira imobiliária encerrou o ano com uma rentabilidade de 22,97% e um patrimônio de R\$ 1,874 bilhões. Esse é o maior resultado da carteira imobiliária na história da Fundação, superando em mais de 10 pontos percentuais as metas atuariais. Esse resultado recorde – fruto da organização da carteira – ganha mais destaque quando se avalia o desempenho histórico do segmento, que até 2004 esteve sempre abaixo da meta atuarial.

Para 2008, a área imobiliária assume novos desafios. Um deles é a implementação de uma política estratégica sobre a gestão dos hotéis da carteira. Além disso, a Fundação pretende investir em ativos de renda fixa lastreado em imóveis (FIP), aquisição de empreendimentos de logística, aquisição de shopping centers nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO

Publicado dia 1º de agosto no Diário Oficial da União, o Novo Estatuto é um marco na história da Fundação. Aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 31 de Julho de 2007, o documento traz alterações importantes, como a paridade na gestão da Diretoria Executiva.

Com isso, a FUNCEF conta com três diretores eleitos pelos participantes e três indicados pela Patrocinadora.

O Novo Estatuto é resultado de muitos debates entre CAIXA, FUNCEF e entidades representativas, que lutaram para sua aprovação.

Após acertos para a redação final, o documento foi submetido ao crivo dos órgãos deliberativos da própria Fundação, da Patrocinadora e das instâncias de governo: Ministério da Fazenda, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento e Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social.

APROVAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DA FUNCEF



O Conselho Deliberativo aprovou, dia 12 de dezembro, a reestruturação organizacional da FUNCEF. O objetivo foi adequar as áreas internas da Fundação às exigências do Novo Estatuto e melhorar o atendimento ao associado.

Uma das novidades é a criação da Diretoria de Planejamento e Controladoria (DIP-PEC). No âmbito interno da nova Diretoria, a grande inovação é a criação da Coordenação

de Planejamento Estratégico, ferramenta de grande importância para o bom desempenho das áreas.

A área de atendimento também sofreu um grande avanço: passou de coordenação para gerência e assumiu uma nova atribuição, a gestão da carteira de operações com participantes. Outra mudança importante envolveu a área imobiliária: a Coordenação de Participações (ligada à antiga Diretoria de Finanças) se transformou em gerência e foi absorvida pela antiga Diretoria Imobiliária, formando a Diretoria de Participações Societárias e Imobiliárias (DIPAR).

Assim, a DIPAR passou a ser formada pela Gerência de Empreendimentos Imobiliários, Coordenação de Imóveis para Alienação e Renda e Coordenação de Engenharia e Arquitetura. A Coordenação de Análise Imobiliária mudou de nome e passou a ser chamada de Coordenação de Análise de Investimentos. As mudanças não pararam por aí. Com o desmembramento da Diretoria de Benefícios e Administração, foi criada a Diretoria de Administração e Tecnologia da Informação.

Na Diretoria de Investimentos (DIRIN), foi criada a Coordenação de Desenvolvimento de Negócios que centralizou a seleção das oportunidades de novos negócios. Essa nova área coordena o processo de análise dos investimentos que podem ser viáveis para a Fundação.

O novo organograma da FUNCEF está disponível no site www.funcef.com.br

REESTRUTURAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA FUNCEF

O ano de 2007 também foi de mudanças para a comunicação da FUNCEF. Uma das alterações mais pedidas pelos associados foi a reformulação do site, que ganhou em conteúdo, clareza e agilidade. O novo portal (www.funcef.com.br) entrou no ar em 11 de junho, com novas ferramentas e maior funcionalidade, permitindo um aumento na acessibilidade do serviço.



Dia 5 de julho de 2007 marca a inauguração da TV FUNCEF, um novo canal de comunicação disponível no site, onde os associados podem acompanhar os assuntos da Fundação. Outra importante mudança foi o projeto gráfico da Revista FUNCEF (impressa em papel ecológico), que ganhou leveza e novos editoriais, trazendo a voz do associado para a Fundação.

Em 2007 foram lançadas as sementes para o próximo desafio da comunicação: elaboração e execução da campanha para a conquistar novos associados.

Concurso cultural

Com foco no associado, as mudanças na comunicação contemplaram também o incentivo à prática cultural e desportiva entre empregados e aposentados da CAIXA. Em comemoração aos seus 30 anos, a FUNCEF lançou para seus associados, em parceria com o programa PAR, um concurso cultural de contos, poemas e fotografias. Foram inscritos 364 trabalhos. O resultado foi divulgado no site www.funcef.com.br. Os vencedores ganharam pontos que foram convertidos em prêmios no Programa PAR.



Melhoria do Atendimento ao participante

A melhoria do atendimento é uma das prioridades da gestão da FUNCEF. Uma das mudanças efetuadas foi a reestruturação do setor, com a criação da Gerência de Atendimento. A área conta agora com uma nova atribuição, a gestão da carteira de operações com participantes.

Durante o processo de saldamento, com o objetivo de prestar informação de qualidade aos associados, foi priorizado o treinamento dos operadores da Central de Atendimento da Agência Novo Plano e de todos os integrantes das representações regionais da FUNCEF.

A Central é um serviço de discagem gratuita que funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h. Em 2007, o serviço recebeu uma média de 40 mil ligações por mês.

OS NÚMEROS DO ATENDIMENTO EM 2007:

Ligações recebidas: 476.532

E-mails recebidos e respondidos: 83.045

Visitas ao Site: 1.130.488

A aposentadoria é um momento muito especial em nossas vidas. É quando colhemos os frutos do período de ativa e podemos aproveitar o tempo livre. É aí que se desvela a importância de ter um plano de previdência que complemente o benefício do INSS e garanta uma boa remuneração.

As aposentadas Maria José da Sílvia Teles de Barros (PA) e Edna Marques (CE) sabem muito bem tirar proveito dessa situação. Realizam projetos, viajam, investem no futuro da família e cuidam da saúde. Para elas, a FUNCEF é a aliada número um para obter essas conquistas.

MARIA JOSÉ SILVA TELES DE BARROS

“A FUNCEF representa segurança para minha velhice e tem contribuído para realizar os meus sonhos”.



Quando se aposentou, em 1996, Maria José da Sílvia Teles de Barros sabia o que lhe esperava: associada da FUNCEF desde 1977 e com quase 20 anos de contribuição, investiu no futuro apostando na qualidade de vida que goza no presente. Um de seus *hobbies* é viajar, o que faz pelo menos duas vezes por ano. “A FUNCEF representa segurança para minha velhice e tem contribuído para realizar todos os meus sonhos”, enfatiza Maria José. Segundo ela ao se aposentar, um dos seus projetos era montar uma empresa de consultoria. “Este foi meu primeiro sonho realizado, pois pude colocar em prática todos os conhecimentos que adquiri na CAIXA. Desejava também ter meu carro e viajar. Tudo isso foi possível com a segurança de um fundo de pensão”, reflete.

EDNA MARIA MARQUES RIBEIRO

“Com o benefício da FUNCEF, posso investir no sonho de minha filha, que estuda na Escola Internacional de Cinema e TV em Cuba”.

O sonho da aposentada Edna Maria Marques Ribeiro, 57 anos, é digno de um roteiro de cinema. Sua filha é aluna da Escola Internacional de Cinema e TV em Cuba. Quando voltar para o Brasil, pretende montar uma empresa cinematográfica. “Eu serei sua empresária”, planeja Edna, que mantém os estudos da filha no exterior. “O benefício da FUNCEF me permite investir no futuro da minha filha, aluna da melhor escola de cinema da América Latina, fundada e dirigida pelo escritor Gabriel García Márquez”, orgulha-se.

Aposentada desde 1995, ela afirma que “a FUNCEF representa segurança e a certeza de um futuro tranquilo, com a possibilidade de concretização dos meus objetivos”.

Sobre o desempenho da FUNCEF em 2007, ela comenta: “Tivemos um reajuste de 5,35% sobre os nossos benefícios, o que nos deixa mais confiantes na Fundação”.



Os ativos de hoje serão os aposentados de amanhã. Por isso, podem optar por um plano de benefícios que lhes garanta segurança e tranquilidade. Tibério Zortéa e Carlos Bohana são exemplos de pessoas que se preocupam com o futuro. Empregados da CAIXA, eles reconhecem a importância de serem associados à FUNCEF e destacam a transparência e a confiabilidade da Fundação.

TIBÉRIO CAIO BOFF ZORTÉA

Coordenador na GENET/Matriz

“A FUNCEF é uma instituição na qual os empregados podem confiar o seu próprio futuro e o de suas famílias.”

Com apenas 27 anos, Tibério Caio Boff Zortéa tem espírito de empreendedor. Coordenador na Gerência Nacional de Internet e Meios Digitais da CAIXA (GENET), em Brasília, ele destaca o desempenho recorde da FUNCEF em 2007 e diz que a Fundação “vem ganhando em transparência, o que é fundamental para a sustentabilidade do processo”.

Dentre as diversas ações da FUNCEF em 2007, Tibério resalta o lançamento do Credinômico, a redução de juros do programa Meu Imóvel e a aprovação da diminuição do percentual da taxa administrativa do Novo Plano, de 15% para 8%.

O que faz da FUNCEF uma instituição confiante, ele enumera: “É o terceiro maior fundo de pensão do Brasil, sofre controle de órgãos externos, tem gestão compartilhada e veículos de comunicação confiáveis, como o site e a Revista. Por esses e outros motivos, a FUNCEF é uma instituição na qual os empregados podem confiar o seu próprio futuro e o de suas famílias”.



Arquivo pessoal

CARLOS AUGUSTO BOHANA FILHO

Consultor Regional da CAIXA em Sergipe

“Ser associado da Fundação é ter certeza de que poderei continuar a sonhar e a manter meu padrão de vida quando me aposentar.”

A rentabilidade recorde de 28% alcançada pela FUNCEF em 2007 reforçou a confiança que o consultor Regional de Canais da CAIXA em Sergipe, Carlos Augusto Bohana Filho, deposita na Fundação. “O excelente desempenho da FUNCEF demonstra o compromisso e a seriedade com que os nossos recursos estão sendo administrados”, opina.

Ele reforça que, além dos resultados financeiros cada vez mais expressivos, a transparência das ações da FUNCEF, por meio de informativos, jornais e notícias na Internet tornam a entidade, hoje, “uma instituição segura e confiável”.

Aos 48 anos de idade e participante da FUNCEF desde 1981, quando foi admitido na CAIXA, ele conta o que representa tantos anos de associação: “A FUNCEF representa a segurança do meu futuro ao sair da empresa. Ser associado da Fundação é ter certeza de que poderei continuar a manter meu padrão de vida quando me aposentar”, conclui.



Arquivo pessoal

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL E ASSISTENCIAL

CONSOLIDADO

CNPJ 00.436.923/0001-90

COD FUNCEF: 0-152.3

R\$

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL					
ATIVO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006	PASSIVO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
ATIVO	32.124.290.950,70	25.948.508.276,68	Passivo	32.124.290.950,70	25.948.508.276,68
DISPONÍVEL	1.291.905,71	1.645.870,56	Contas a Pagar	753.927.317,24	806.148.143,98
CONTAS A RECEBER	45.567.766,85	352.011.874,62	Valores em Litígio	479.442.387,45	364.593.046,96
APLICAÇÕES	32.042.678.067,79	25.564.340.689,87	Compromisso c/Participantes e Assistidos	27.215.205.915,11	22.430.958.018,47
Renda Fixa	17.258.629.189,10	16.257.803.613,97			
Renda Variável	11.806.233.123,80	6.648.766.640,56	Fundos	2.871.854.341,50	1.893.904.747,95
Imóveis	1.894.980.807,22	1.719.281.010,28			
Empréstimos/Financiamentos	1.017.152.997,50	863.014.074,18	Equilíbrio Técnico	803.860.989,40	452.904.319,32
Outras	65.681.950,17	75.475.350,88	Resultados Realizados	803.860.989,40	452.904.319,32
			Superávit Técnico Acumulado	803.860.989,40	452.904.319,32
BENS DE USO PRÓPRIO	34.753.210,35	30.509.841,63			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
(+) CONTRIBUIÇÕES	469.382.661,20	2.059.122.797,41
(-) BENEFÍCIOS	(1.108.170.158,93)	(2.476.487.773,14)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	6.952.593.031,33	4.802.774.840,01
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	6.313.805.533,60	4.385.409.864,28
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(68.211.144,90)	(57.582.886,00)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(132.440.228,43)	(84.794.545,72)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(4.784.247.896,64)	(8.785.939.265,13)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(977.949.593,55)	4.661.621.528,30
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	350.956.670,08	118.714.695,73

COMENTÁRIOS SOBRE**A RENTABILIDADE DO PLANO:****. Rentabilidade Contábil dos Investimentos:**

EXERCÍCIO 2007: 28,07%

EXERCÍCIO 2006: 23,34%

no ano

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO**ADMINISTRATIVO DOS PLANOS:**

Para suportar as despesas inerentes à administração dos Planos, foram consideradas como fontes de custeio provenientes dos seguintes programas:

- REG/REPLAN NÃO SALDADO

a) Programa Previdencial: 8% sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos participantes;

b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

- REG/REPLAN SALDADO

a) Programa Previdencial: Taxa de administração de 1% sobre o valor do benefício saldado, pago pelo assistido e pela patrocinadora;

b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

- NOVO PLANO

a) Programa Previdencial: 15% sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos participantes. 1% sobre os benefícios pago pelo assistido e pela patrocinadora.

b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

- REB

a) Programa Previdencial: Participantes que ingressaram no plano até fev de 2002: 15% sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos participantes, porém, descontado somente sobre as contribuições da patrocinadora. Participantes que ingressaram no plano após fev de 2002: 15% sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos participantes;

b) Programa Previdencial: Taxa de administração dos assistidos (2% sobre os benefícios).

c) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

- CLUBE IMOBILIÁRIO

* As despesas incorridas são registradas no Programa Assistencial

* Plano extinto em 2007

REG/REPLAN - CNPB 19.770.002-74

CNPJ 00.436.923/0001-90

COD FUNCEF: 0-152.3

R\$

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL					
ATIVO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006	PASSIVO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
ATIVO	30.307.220.513,65	24.628.833.466,26	Passivo	30.307.220.513,65	24.628.833.466,26
DISPONÍVEL	1.229.207,48	1.587.621,57	Contas a Pagar	728.656.119,70	785.390.317,44
CONTAS A RECEBER	41.468.298,27	314.861.040,08	Valores em Litígio	413.697.698,39	333.462.534,91
APLICAÇÕES	30.231.036.455,44	24.282.904.424,58	Compromisso c/Participantes e Assistidos	25.644.975.038,34	21.311.595.940,82
Renda Fixa	16.021.789.873,75	15.304.252.421,59			
Renda Variável	11.383.460.228,48	6.423.373.800,90	Fundos	2.788.434.239,21	1.810.797.386,62
Imóveis	1.830.740.337,82	1.660.997.383,85			
Empréstimos/ Financiamentos	931.590.683,31	821.364.081,76	Equilíbrio Técnico	731.457.418,01	387.587.286,47
Outras	63.455.332,08	72.916.736,48	Resultados Realizados	731.457.418,01	387.587.286,47
			Superávit Técnico Acumulado	731.457.418,01	387.587.286,47
BENS DE USO PRÓPRIO	33.486.552,46	29.480.380,03	(-) Déficit Técnico Acumulado	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
(+) CONTRIBUIÇÕES	172.782.736,04	1.095.106.803,41
(-) BENEFÍCIOS	(1.019.628.778,24)	(1.883.319.279,94)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	6.650.700.000,57	4.630.907.696,50
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	5.803.853.958,37	3.842.695.219,97
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(51.780.728,41)	(49.326.845,60)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(97.187.148,31)	(67.714.922,81)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(4.333.379.097,52)	(8.293.725.464,43)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(977.636.852,59)	4.712.228.616,04
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	343.870.131,54	144.156.603,17

**COMENTÁRIOS SOBRE
A RENTABILIDADE DO PLANO:**
. Rentabilidade Contábil dos Investimentos:

EXERCÍCIO 2007: 28,45%
EXERCÍCIO 2006: 24,03%
no ano

**COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO
ADMINISTRATIVO DOS PLANOS:**

Para suportar as despesas inerentes à administração dos Planos, foram consideradas como fontes de custeio provenientes dos seguintes programas:

- REG/REPLAN NÃO SALDADO

- a) Programa Previdencial: 8% sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos participantes.
b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

- REG/REPLAN SALDADO

- a) Programa Previdencial: Taxa de administração de 1% sobre o valor do benefício saldado, pago pelo assistido e pela patrocinadora.
b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

REB - CNPB 19.980.044-65

CNPJ 00.436.923/0001-90

COD FUNCEF: 0-152.3

R\$

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL					
ATIVO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006	PASSIVO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
ATIVO	1.438.595.585,07	1.193.609.414,79	Passivo	1.438.595.585,07	1.193.609.414,79
DISPONÍVEL	47.595,73	58.124,98	Contas a Pagar	24.005.720,29	20.340.520,78
CONTAS A RECEBER	2.996.212,75	32.781.453,48	Valores em Litígio	22.161.198,79	15.493.645,30
APLICAÇÕES	1.434.285.118,70	1.159.740.374,73	Compromisso c/Participantes e Assistidos	1.229.539.421,03	1.043.065.640,87
Renda Fixa	872.102.179,91	831.885.327,23			
Renda Variável	422.772.895,32	225.392.839,66	Fundos	37.112.317,24	45.421.514,48
Imóveis	64.240.469,40	58.283.626,43			
Empréstimos/ Financiamentos	72.942.955,98	41.619.967,01	Equilíbrio Técnico	125.776.927,72	69.288.093,36
Outras	2.226.618,09	2.558.614,40	Resultados Realizados	125.776.927,72	69.288.093,36
			Superávit Técnico Acumulado	125.776.927,72	69.288.093,36
BENS DE USO PRÓPRIO	1.266.657,89	1.029.461,60			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
(+) CONTRIBUIÇÕES	51.128.391,37	839.709.685,44
(-) BENEFÍCIOS	(82.530.557,89)	(591.944.867,90)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	281.068.948,71	168.838.974,47
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	249.666.782,19	416.603.792,01
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(7.857.080,73)	(5.529.919,69)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(7.156.284,18)	(1.427.888,53)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(186.473.780,16)	(415.917.363,92)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	8.309.197,24	(15.199.466,80)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	56.488.834,36	(21.470.846,93)

**COMENTÁRIOS SOBRE
A RENTABILIDADE DO PLANO:**
. Rentabilidade Contábil dos Investimentos:

EXERCÍCIO 2007: 24,65%
EXERCÍCIO 2006: 19,97%
no ano

**COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO
ADMINISTRATIVO DOS PLANOS:**

Para suportar as despesas inerentes à administração dos Planos, foram consideradas como fontes de custeio provenientes dos seguintes programas:

- REB

a) Programa Previdencial: Participantes que ingressaram no plano até o ano de 2001: 15% sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos participantes, porém descontado somente sobre as contribuições da patrocinadora. Participantes que ingressaram no plano após o ano de 2001: 15% sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos participantes.

b) Programa Previdencial: Taxa de administração dos assistidos (2% sobre os benefícios).

c) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

NOVO PLANO - CNPB - 20.060.036-74

CNPJ 00.436.923/0001-90

COD FUNCEF: 0-152.3

R\$

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL					
ATIVO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006	PASSIVO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
ATIVO	378.474.851,98	123.652.499,38	Passivo	378.474.851,98	123.652.499,38
DISPONÍVEL	1 5.102,50	124,01	Contas a Pagar	1.265.477,25	318.540,14
CONTAS A RECEBER	1.103.255,83	4.366.799,62	Valores em Litígio	43.583.490,27	15.636.866,75
APLICAÇÕES	377.356.493,65	119.285.575,75	Compromisso c/Participantes e Assistidos	3 40.691.455,74	76.296.436,78
Renda Fixa	3 64.737.135,44	119.255.550,34			
Empréstimos / Financiamentos	12.619.358,21	30.025,41	Fundos	46.307.785,05	35.371.716,22
			Equilíbrio Técnico	(53.373.356,33)	(3.971.060,51)
			Resultados Realizados	(53.373.356,33)	(3.971.060,51)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(53.373.356,33)	(3.971.060,51)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
(+) CONTRIBUIÇÕES	245.441.665,57	124.306.308,56
(-) BENEFÍCIOS	(3.542.133,49)	(944.513,08)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	20.699.391,59	2.713.152,10
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	262.598.923,67	126.074.947,58
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(8.573.335,76)	(2.726.120,71)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(28.096.795,94)	(15.651.734,38)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(264.395.018,96)	(76.296.436,78)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(10.936.068,83)	(35.371.716,22)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(49.402.295,82)	(3.971.060,51)

COMENTÁRIOS SOBRE**A RENTABILIDADE DO PLANO:****. Rentabilidade Contábil dos Investimentos:**

EXERCÍCIO 2007: 9,73%

EXERCÍCIO 2006: 4,17%

no ano

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO**ADMINISTRATIVO DOS PLANOS:**

Para suportar as despesas inerentes à administração dos Planos, foram consideradas como fontes de custeio provenientes dos seguintes programas:

a) Programa Previdencial: 15% sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos associados ativos. 1% sobre os benefícios, pago pelo assistido e pela patrocinadora.

b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

CLUBE IMOBILIÁRIO - CNPB 40.152.300-19

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2006
PROGRAMA ASSISTENCIAL		
(+) RECURSOS COLETADOS	30	0
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(2.469)	(279)
(+/-) RESULTADOS DOS INVEST. ASSISTENCIAIS	125	315
(=) CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES) DE FUNDOS	(2.314)	36
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-) RENDA FIXA	96	317
(+/-) RELACIONADOS COM TRIBUTOS	29	(2)
(+/-) RESULTADOS RECEBIDOS/TRANSF. DE OUTROS PROGRAMAS	(125)	(315)

Brasília, 31 de Dezembro de 2007.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA DIRETOR PRESIDENTE CPF: 142.475.006-78	DEMOSTHENES MARQUES DIRETOR DE INVESTIMENTOS CPF: 468.327.930-49	SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO CPF: 037.302.708-77
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E IMOBILIÁRIAS CPF: 545.270.587-20	CARLOS ALBERTO CASER DIRETOR DE BENEFÍCIOS CPF: 620.985.947-04	ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA CPF: 309.882.766-15
JOSÉ LINO FONTANA GERENTE - GECOP CRC: ES-012051/0-2/O-S-DF CPF: 691.062.407-63	BRICIA FERRAZ ZINATO P. DE BARROS COORDENADORA DE CONTABILIDADE - DIPEC / GECOP CRC: MG - 067.993/O-3T-DF CPF: 895.061.626-20	ANTONIO FERNANDO TONI ATUÁRIO - DIBEN / GESEG / COPAC MIBA: 1.181 - SP CPF: 065.967.048-82

FUNCEF Divulga Política de Investimentos para 2008

A FUNCEF divulgou para os seus associados as Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios REG/REPLAN, REB e NOVO PLANO para 2008. O assunto é de grande importância para os associados, já que a boa administração desses recursos é crucial para garantir a segurança dos planos e a tranquilidade dos participantes.

A íntegra dessa Política foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação dia 20 de dezembro de 2007, por meio da Resolução 343, Ata 310. A divulgação das informações aqui contidas permite ao associado tomar conhecimento de como e onde o seu dinheiro é aplicado e cumpre a Resolução 3.456 (1/06/2007) do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para este ano, as projeções de cenários macroeconômicos indicam um período de turbulência nos mercados internacionais, provocado principalmente pelos problemas que os Estados Unidos vêm enfrentando desde o início da crise com seu mercado de créditos imobiliários de segunda linha, e que vêm contaminando outros segmentos da economia.

Em contrapartida, a economia nacional apresenta fundamentos sólidos e perspectivas de crescimento, com risco moderado de pressões inflacionárias. Em função desses cenários que consideramos ainda favoráveis, mas sujeitos a muita volatilidade, incluímos a possibilidade de atuarmos com dispositivos de proteção de carteiras, a serem analisados em eventuais oportunidades.

Dessa forma, foram mantidas as principais premissas do último triênio na alocação dos recursos

(onde o dinheiro é investido), destacando-se as seguintes: ampliação da participação da renda variável; redução da exposição da renda fixa aos papéis atrelados a juros e consolidação da carteira imobiliária, que representa uma alternativa eficaz no cenário de juros cadentes.

Para o REG/REPLAN, a tendência é repetir o sucesso das políticas dos anos anteriores, com aumento (embora menor que no triênio 2005-2007) dos investimentos no segmento de renda variável e diminuição (também menor que a observada no período) da carteira de renda fixa.

Para o REB e Novo Plano (planos de contribuição variável, cujas reservas seguem a lógica de acumulação e de benefício definido na fase de concessão), as metas de alocação foram estabelecidas com base em uma nova metodologia direcionada a mensurar o nível de exposição aos riscos, em função do perfil atuarial da massa dos participantes.

Neste novo conceito, o nível de exposição aos riscos de mercado das carteiras de investimento é reduzido à medida que a massa de associados se torna elegível à aposentadoria. Tal metodologia é conhecida internacionalmente como "Life Cycle Funds". Como consequência dessa metodologia, tanto o REB quanto o Novo Plano terão um aumento da participação em renda variável, sendo que este último possuía, até então, apenas aplicações em renda fixa e operações com participantes.

Acesse a íntegra das Políticas de Investimentos dos planos de Benefícios da FUNCEF no site www.funcef.com.br, seção Serviços e Números.

RELATÓRIO RESUMO DE POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

Entidade: 01523-FUNCEF

PLANO DE BENEFÍCIOS: 2006003674-NOVO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNCEF

Exercício: 2008

Data de Geração: 16/01/2008 17:13:55

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
01/2008 a 12/2008	INPC	6,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: 310

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 20/12/2007

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
RENTA FIXA	Demosthenes Marques	468.327.930-49	DIRETOR DE INVESTIMENTOS
RENTA VARIÁVEL	Demosthenes Marques	468.327.930-49	DIRETOR DE INVESTIMENTOS
IMÓVEIS	Jorge Luiz de Souza Arraes	545.270.587-20	DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Carlos Alberto Caser	620.985.947-04	DIRETOR DE BENEFÍCIOS

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

ALOCACÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008

SEGMENTO	INVESTIMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENTA FIXA	Baixo Risco de Crédito	52,00%	75,00%	67,20%
RENTA FIXA	Médio Risco de Crédito	0,00%	1,00%	0,00%
RENTA FIXA	Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	0,00%
RENTA VARIÁVEL	Empresas com IGC/Bovespa	0,00%	29,40%	23,60%
RENTA VARIÁVEL	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	0,00%	29,40%	0,00%
RENTA VARIÁVEL	Sociedade de Propósito Específico	0,00%	5,00%	0,00%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008				
RENTA VARIÁVEL	Parceria Público-Privada	0,00%	2,00%	0,00%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Ulterior Alienação	0,00%	6,00%	3,00%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0,00%	2,40%	1,20%
IMÓVEIS	Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	2,00%	0,00%
IMÓVEIS	Outros Investimentos Imobiliários	0,00%	2,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Empréstimos	0,00%	7,00%	4,50%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Financiamentos	0,00%	1,00%	0,50%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008	
DERIVATIVOS	
Limite Máximo para Proteção: 75,00 %	Limite Máximo para Exposição: 75,00 %

LIMITES MÁXIMOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Período de Referência: 01/2008 a 12/2008

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 30,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10,00%

ATIVOS DE RENDA FIXA			
	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	75,00%	1,00%	0,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	8,00%	0,00%	0,00%
FIDC	2,00%	1,00%	0,00%

LIMITES MÁXIMOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Período de Referência: 01/2008 a 12/2008

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 30,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10,00%

COMPANHIAS ABERTAS		
Por Capital Votante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 5,00%	Por Capital Total: 20,00%
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		
Por Projeto: 25,00%	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40,00%	
IMÓVEIS		
Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 25,00%	

GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo/Forma: Mista

Periodicidade da Avaliação: 1 Mês

Quantidade de Gestores: 1

Critérios de Avaliação: Em relação ao desempenho de mercado

CRITÉRIO PARA CONTRATAÇÃO

QUALITATIVOS	QUANTITATIVOS
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados
Outros	Outros

Estratégia de Formação de Preço: Mista

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Sim

PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS DE ACIONISTAS**LIMITES MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIA DE ACIONISTAS**

Capital Votante: 0,00%	Capital Total: 0,00%	Recursos Garantidores: 0,00%
------------------------	----------------------	------------------------------

CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS**CENÁRIO MACROECONÔMICO**

Esperam-se ajustes no cenário internacional, especialmente na economia americana, em função dos problemas no mercado de crédito. Os efeitos desse cenário (menor liquidez internacional) devem ser amortecidos pelo colchão da gestão da dívida externa brasileira. No cenário interno espera-se a continuidade do crescimento, porém, pressões nos índices de preços exigirão cautela da autoridade monetária. Projeção 12/2008: Selic 10,75%; IGP-M 5,40%; INPC 4,30% e ptax média entre 1,72 a 1,99 R\$/US\$

OBSERVAÇÕES

Os limites de nossos investimentos de Renda Variável estão estabelecidos no item Empresas com IGC/Bovespa, sendo que o limite mínimo geral do plano é de 25,4% (frisa-se: não 0%, conforme assinalado). Os outros itens de Renda Variável estão preenchidos conforme limites aceitáveis aos parâmetros estabelecidos pela Res. 3.456. As margens de alocação de nossos investimentos nesse segmento não contemplam o nível de detalhe solicitado.

RELATÓRIO RESUMO DE POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

Entidade: 01523-FUNCEF

PLANO DE BENEFÍCIOS: 1998004465-REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Exercício: 2008

Data de Geração: 16/01/2008 17:23:13

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
01/2008 a 12/2008	INPC	5,5%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: 310

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 20/12/2007

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
RENTA FIXA	Demosthenes Marques	468.327.930-49	DIRETOR DE INVESTIMENTOS
RENTA VARIÁVEL	Demosthenes Marques	468.327.930-49	DIRETOR DE INVESTIMENTOS
IMÓVEIS	Jorge Luiz de Souza Arraes	545.270.587-20	DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Carlos Alberto Caser	620.985.947-04	DIRETOR DE BENEFÍCIOS

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008

SEGMENTO	INVESTIMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENTA FIXA	Baixo Risco de Crédito	46,00%	65,00%	51,80%
RENTA FIXA	Médio Risco de Crédito	0,00%	1,00%	0,00%
RENTA FIXA	Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	0,00%
RENTA VARIÁVEL	Empresas com IGC/Bovespa	0,00%	42,60%	36,60%
RENTA VARIÁVEL	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	0,00%	35,00%	0,00%
RENTA VARIÁVEL	Sociedade de Propósito Específico	0,00%	5,00%	0,00%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008				
RENDA VARIÁVEL	Parceria Público-Privada	0,00%	2,00%	0,00%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Ulterior Alienação	0,00%	6,00%	0,30%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0,00%	6,60%	3,30%
IMÓVEIS	Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	2,00%	0,60%
IMÓVEIS	Outros Investimentos Imobiliários	0,00%	2,00%	0,40%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Empréstimos	0,00%	7,00%	6,40%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Financiamentos	0,00%	1,00%	0,60%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008	
DERIVATIVOS	
Limite Máximo para Proteção: 65,00 %	Limite Máximo para Exposição: 65,00 %

LIMITES MÁXIMOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Período de Referência: 01/2008 a 12/2008

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 30,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10,00%

ATIVOS DE RENDA FIXA			
	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	65,00%	1,00%	0,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	8,00%	0,00%	0,00%
FIDC	2,00%	1,00%	0,00%

LIMITES MÁXIMOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Período de Referência: 01/2008 a 12/2008

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 30,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10,00%

COMPANHIAS ABERTAS		
Por Capital Votante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 5,00%	Por Capital Total: 20,00%

SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	
Por Projeto: 25,00%	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40,00%

IMÓVEIS	
Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 25,00%

GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo/Forma: Mista

Periodicidade da Avaliação: 1 Meses

Quantidade de Gestores: 33

Crerios de Avaliação: Em relação ao desempenho de mercado

CRITÉRIO PARA CONTRATAÇÃO

QUALITATIVOS	QUANTITATIVOS
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados
Outros	Outros

Estratégia de Formação de Preço: Mista

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Sim

PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS DE ACIONISTAS

LIMITES MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIA DE ACIONISTAS

Capital Votante: 0,00%	Capital Total: 0,00%	Recursos Garantidores: 0,00%
------------------------	----------------------	------------------------------

CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Esperam-se ajustes no cenário internacional, especialmente na economia americana, em função dos problemas no mercado de crédito. Os efeitos desse cenário (menor liquidez internacional) devem ser amortecidos pelo colchão da gestão da dívida externa brasileira. No cenário interno espera-se a continuidade do crescimento, porém, pressões nos índices de preços exigirão cautela da autoridade monetária. Projeção 12/2008: Selic 10,75%; IGP-M 5,40%; INPC 4,30% e ptax média entre 1,72 a 1,99 R\$/US\$

OBSERVAÇÕES

Os limites de nossos investimentos de Renda Variável estão estabelecidos no item Empresas com IGC/Bovespa, sendo que o limite mínimo geral do plano é de 12% (frisa-se: não 0%, conforme assinalado). Os outros itens de Renda Variável estão preenchidos conforme limites aceitáveis aos parâmetros estabelecidos pela Res. 3.456. As margens de alocação de nossos investimentos nesse segmento não contemplam o nível de detalhe solicitado.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 01523-FUNCEF

PLANO DE BENEFÍCIOS: 1977000274-REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Exercício: 2008

Data de Geração: 16/01/2008 17:36:24

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
01/2008 a 12/2008	INPC	5,5%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: 310

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 20/12/2007

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
RENTA FIXA	Demosthenes Marques	468.327.930-49	DIRETOR DE INVESTIMENTOS
RENTA VARIÁVEL	Demosthenes Marques	468.327.930-49	DIRETOR DE INVESTIMENTOS
IMÓVEIS	Jorge Luiz de Souza Arraes	545.270.587-20	DIRETOR DE PARTICIPAÇÕES
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Carlos Alberto Caser	620.985.947-04	DIRETOR DE BENEFÍCIOS

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

ALOCACÃO DOS RECURSOS**PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008**

SEGMENTO	INVESTIMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENTA FIXA	Baixo Risco de Crédito	48,30%	67,30%	51,60%
RENTA FIXA	Médio Risco de Crédito	0,00%	1,00%	0,00%
RENTA FIXA	Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	0,00%
RENTA VARIÁVEL	Empresas com IGC/Bovespa	0,00%	42,60%	36,60%
RENTA VARIÁVEL	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	0,00%	35,00%	0,00%
RENTA VARIÁVEL	Sociedade de Propósito Específico	0,00%	5,00%	0,00%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008				
RENDA VARIÁVEL	Parceria Público-Privada	0,00%	2,00%	0,00%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Ulterior Alienação	0,00%	1,10%	0,40%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0,00%	8,00%	4,40%
IMÓVEIS	Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	1,70%	0,90%
IMÓVEIS	Outros Investimentos Imobiliários	0,00%	1,10%	0,60%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Empréstimos	1,30%	7,00%	5,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Financiamentos	0,00%	1,00%	0,60%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2008 A 12/2008	
DERIVATIVOS	
Limite Máximo para Proteção: 67,30 %	Limite Máximo para Exposição: 67,30 %

LIMITES MÁXIMOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Período de Referência: 01/2008 a 12/2008

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 30,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10,00%

ATIVOS DE RENDA FIXA			
	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	67,30%	1,00%	0,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	8,00%	0,00%	0,00%
FIDC	2,00%	1,00%	0,00%

LIMITES MÁXIMOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Período de Referência: 01/2008 a 12/2008

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 30,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10,00%

COMPANHIAS ABERTAS		
Por Capital Votante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 5,00%	Por Capital Total: 20,00%
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		
Por Projeto: 25,00%	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40,00%	
IMÓVEIS		
Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 25,00%	

GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo/Forma: Mista

Periodicidade da Avaliação: 1 Mês

Quantidade de Gestores: 33

Critérios de Avaliação: Em relação ao desempenho de mercado

CRITÉRIO PARA CONTRATAÇÃO

QUALITATIVOS	QUANTITATIVOS
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incurridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados

Estratégia de Formação de Preço: Mista

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Sim

PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS DE ACIONISTAS**LIMITES MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIA DE ACIONISTAS**

Capital Votante: 0,00%	Capital Total: 0,00%	Recursos Garantidores: 0,00%
------------------------	----------------------	------------------------------

CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS**CENÁRIO MACROECONÔMICO**

Esperam-se ajustes no cenário internacional, especialmente na economia americana, em função dos problemas no mercado de crédito. Os efeitos desse cenário (menor liquidez internacional) devem ser amortecidos pelo colchão da gestão da dívida externa brasileira. No cenário interno espera-se a continuidade do crescimento, porém, pressões nos índices de preços exigirão cautela da autoridade monetária. Projeção 12/2008: Selic 10,75%; IGP-M 5,40%; INPC 4,30% e ptax média entre 1,72 a 1,99 R\$/US\$

OBSERVAÇÕES

Os limites de nossos investimentos de Renda Variável estão estabelecidos no item Empresas com IGC/Bovespa, sendo que o limite mínimo geral do plano é de 25,4% (frisa-se: não 0%, conforme assinalado). Os outros itens de Renda Variável estão preenchidos conforme limites aceitáveis aos parâmetros estabelecidos pela Res. 3.456. As margens de alocação de nossos investimentos nesse segmento não contemplam o nível de detalhe solicitado.

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2007

Valor total dos investimentos, valores por segmento de aplicação e percentuais relativos aos recursos garantidores do plano de benefícios.

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN NÃO SALDADO				
SEGMENTO	VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/07		VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/06	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	5.014.784.279,23	54,77%	4.608.755.093,20	63,97%
Renda Variável	3.323.035.080,59	36,29%	1.851.542.698,19	25,70%
Investimentos Imobiliários	552.097.095,17	6,03%	498.560.486,67	6,92%
Operações com Participantes	247.080.363,20	2,70%	223.203.952,83	3,10%
Disponível/Outros	19.038.327,99	0,21%	22.488.401,57	0,31%
Total Recursos Garantidores	9.156.035.146,18	100,00%	7.204.550.632,46	100,00%

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN SALDADO				
SEGMENTO	VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/07		VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/06	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	10.989.339.056,36	53,44%	10.615.064.865,30	63,86%
Renda Variável	7.587.821.300,91	36,90%	4.222.397.094,31	25,40%
Investimentos Imobiliários	1.259.025.780,72	6,12%	1.136.954.916,24	6,84%
Operações com Participantes	684.106.013,81	3,33%	597.147.317,51	3,59%
Disponível/Outros	44.077.139,85	0,21%	51.712.045,61	0,31%
Total Recursos Garantidores	20.564.369.291,65	100,00%	16.623.276.238,97	100,00%

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN CONSOLIDADO							
SEGMENTO	VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/07		VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/06		POLITICA DE INVESTIMENTOS FUNCEF 2007		RESOLUÇÃO CMN 3.456
	R\$	%	R\$	%	Mínimo	Máximo	
Renda Fixa	16.004.123.335,59	53,85%	15.223.819.958,50	63,89%	53,50%	67,50%	100%
Renda Variável	10.910.856.381,50	36,71%	6.073.939.792,50	25,49%	21,50%	35,70%	50%
Investimentos Imobiliários	1.811.122.875,89	6,09%	1.635.515.402,91	6,86%	4,49%	9,00%	11%
Operações com Participantes	931.186.377,01	3,13%	820.351.270,34	3,44%	3,00%	7,70%	15%
Disponível/Outros	63.115.467,84	0,21%	74.200.447,18	0,31%			
Total Recursos Garantidores	29.720.404.437,83	100,00%	23.827.826.871,43	100,00%			

PLANO DE BENEFÍCIO: REB							
SEGMENTO	VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/07		VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/06		POLITICA DE INVESTIMENTOS FUNCEF 2007		RESOLUÇÃO CMN 3.456
	R\$	%	R\$	%	Mínimo	Máximo	
Renda Fixa	870.418.306,36	61,51%	829.938.951,79	72,51%	67,30%	79,70%	100%
Renda Variável	406.005.873,30	28,69%	213.131.362,71	18,62%	10,80%	26,20%	50%
Investimentos Imobiliários	63.552.093,11	4,49%	57.389.475,58	5,01%	1,43%	7,50%	11%
Operações com participantes	72.913.578,25	5,15%	41.575.686,67	3,63%	2,60%	7,00%	15%
Disponível/ Outros	2.176.267,03	0,15%	2.599.868,20	0,23%			
Total Recursos Garantidores	1.415.066.118,05	100,00%	1.144.635.344,95	100,00%			

PLANO DE BENEFÍCIO: NOVO PLANO							
SEGMENTO	VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/07		VALOR/PERCENTUAL ALOCADO EM DEZ/06		POLITICA DE INVESTIMENTOS FUNCEF 2007		RESOLUÇÃO CMN 3.456
	R\$	%	R\$	%	Mínimo	Máximo	
Renda Fixa	364.731.124,48	96,76%	119.255.523,88	99,98%	95,00%	100,00%	100%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%	0%	0%	50%
Investimentos Imobiliários	-	0,00%	-	0,00%	0%	0%	11%
Operações com Participantes	12.613.580,28	3,35%	29.591,76	0,02%	0%	5%	15%
Disponível/ Outros	(405.858,15)	-0,11%	(380,25)	-0,00%			
Total Recursos Garantidores	376.938.846,61	100,00%	119.284.735,39	100,00%			

Fonte: DIPEC

Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo (Resolução 272, Ata 297)

Percentuais em relação aos Recursos Garantidores, conforme legislação vigente

Relação de todas as modalidades de aplicação do plano de benefício

REG/REPLAN NÃO SALDADO	
MODALIDADE	VALOR ALOCADO EM DEZ/07
Disponível	436.156,46
Renda Fixa	5.014.784.279,23
Fundos de Investimentos	3.041.023.243,06
Notas do Tesouro Nacional	1.888.546.024,58
Debêntures	65.548.113,83
Letra de Crédito Imobiliário	5.601.348,50

Cadernetas de Poupança	2.243.875,59
Cédula de Crédito Bancário	40.381.959,81
Outros Investimentos	-
A receber/Provisão	(23.174.517,34)
Valores a Pagar	(5.385.768,80)
Renda Variável	3.323.035.080,59
Fundos de Investimentos	2.534.103.885,16
Ações	943.774.670,59
Sociedade de Propósito Específico	6.184.500,00
Dividendos a Receber	4.362.109,82
A Receber/Provisão	(21.722.848,65)
Valores a Pagar	(143.667.236,33)
Investimentos Imobiliários	552.097.095,17
Terrenos	7.501.882,60
Construção - Terreno	1.208.641,55
Construção - Construção	793.097,39
Locado a Patrocinadora - Terreno	18.690.158,69
Locado a Patrocinadora - Construção	40.544.234,19
Locado a Terceiros - Terreno	21.169.753,74
Locado a Terceiros - Construção	73.004.699,55
Shopping Center - Terreno	29.618.640,93
Shopping Center - Construção	150.426.486,90
Hotel - Terreno	15.015.832,95
Hotel - Construção	78.355.998,43
Locado a Uso Próprio - Terreno	41.060,94
Locado a Uso Próprio - Construção	285.476,94
Fundos de Investimentos	77.324.824,76
A receber/Provisão	44.096.447,77
Valores a Pagar	(5.980.142,17)
Operações com Participantes	247.080.363,20
Empréstimos	240.072.223,69
Financiamentos	86.387.663,34
A Receber/Provisão	(79.263.600,27)
Valores a Pagar	(115.923,56)
Outros Realizáveis	19.343.334,35
Relacionados com Tributos	(741.162,82)
Total Investimentos	9.156.035.146,18

Fonte: DIPEC

REG/REPLAN SALDADO	
MODALIDADE	VALOR ALOCADO EM DEZ/07
Disponível	793.051,02
Renda Fixa	10.989.339.056,36
Fundos de Investimentos	6.372.731.755,50
Notas do Tesouro Nacional	4.435.128.137,79
Debêntures	198.601.032,68
Letra de Crédito Imobiliário	12.774.315,86
Cadernetas de Poupança	4.878.095,62
Cédula de Crédito Bancário	30.371.113,81
Outros Investimentos	-
A Receber/Provisão	(52.864.625,54)
Valores a Pagar	(12.280.769,36)
Renda Variável	7.587.821.300,91
Fundos de Investimentos	5.779.381.801,13
Ações	2.162.586.890,83
Sociedade de Propósito Específico	14.103.600,00
Dividendos a Receber	10.002.375,88
A Receber/Provisão	(49.316.756,28)
Valores a Pagar	(328.936.610,65)
Investimentos Imobiliários	1.259.025.780,72
Terrenos	17.107.573,02
Construção - Terreno	2.756.231,29
Construção - Construção	1.808.608,89
Locado a Patrocinadora - Terreno	42.621.735,31
Locado a Patrocinadora - Construção	92.458.584,58
Locado a Terceiros - Terreno	48.276.296,39
Locado a Terceiros - Construção	166.482.641,06
Shopping Center - Terreno	67.543.454,01
Shopping Center - Construção	343.038.173,98
Hotel - Terreno	34.242.665,79
Hotel - Construção	178.685.942,73
Locado a Uso Próprio - Terreno	93.636,89
Locado a Uso Próprio - Construção	651.012,27
Fundos de Investimentos	176.337.359,28
A Receber/Provisão	100.559.184,97
Valores a Pagar	(13.637.319,76)
Operações com Participantes	684.106.013,82
Empréstimos	655.419.054,02
Financiamentos	183.242.445,45
A Receber/Provisão	(154.267.102,91)

Valores a Pagar	(288.382,74)
Outros Realizáveis	44.111.997,73
Relacionados com Tributos	(827.908,90)
Total Investimentos	20.564.369.291,66

Fonte: DIPEC

REB	
MODALIDADE	VALOR ALOCADO EM DEZ/07
Disponível	47.595,73
Renda Fixa	870.418.306,36
Fundos de Investimentos	512.514.700,71
Notas do Tesouro Nacional	341.921.115,17
Debêntures	13.354.246,60
Letra de Crédito Imobiliário	645.176,30
Cadernetas de Poupança	246.229,03
Cédula de Crédito Bancário	5.033.637,65
Outros Investimentos	1.056.096,99
A Receber/Provisão	(2.669.022,54)
Valores a Pagar	(1.683.873,55)
Renda Variável	406.005.873,30
Fundos de Investimentos	318.294.684,51
Ações	105.737.223,70
Sociedade de Propósito Específico	711.900,00
Dividendos a Receber	529.730,51
A Receber/Provisão	(2.500.643,40)
Valores a Pagar	(16.767.022,02)
Investimentos Imobiliários	63.552.093,11
Terrenos	863.544,38
Construção - Terreno	139.127,16
Construção - Construção	91.293,72
Locado a Patrocinadora - Terreno	2.151.430,82
Locado a Patrocinadora - Construção	4.667.061,22
Locado a Terceiros - Terreno	2.436.857,88
Locado a Terceiros - Construção	8.403.596,94
Shopping Center - Terreno	3.409.412,29
Shopping Center - Construção	17.315.646,42
Hotel - Terreno	1.728.477,87
Hotel - Construção	9.019.586,86
Locado a Uso Próprio - Terreno	4.726,54
Locado a Uso Próprio - Construção	32.861,35
Fundos de Investimentos	8.900.888,15

A Receber/Provisão	5.075.957,79
Valores a Pagar	(688.376,29)
Operações com Participantes	72.913.578,24
Empréstimos	72.487.971,32
Financiamentos	8.799.742,15
A Receber/Provisão	(8.344.757,50)
Valores a Pagar	(29.377,73)
Outros Realizáveis	2.226.618,09
Relacionados com Tributos	(97.946,79)
Total Investimentos	1.415.066.118,04

Fonte: DIPEC

NOVO PLANO	
MODALIDADE	VALOR ALOCADO EM DEZ/07
Disponível	15.102,50
Renda Fixa	364.731.124,48
Fundos de Investimentos	359.275.818,72
Notas do Tesouro Nacional	398.753,44
Debêntures	5.065.302,71
Outros Investimentos	(2.739,43)
Valores a Pagar	(6.010,96)
Operações com Participantes	12.613.580,28
Empréstimos	12.619.358,21
Valores a Pagar	(5.777,93)
Relacionados com Tributos	(420.960,65)
Total Investimentos	376.938.846,61

Fonte: DIPEC

Relação de Gestores Terceirizados por Plano de Benefício

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN NÃO SALDADO			
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES			9.156.035.146,18
GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS*	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES
ANDRADE GUTIERREZ ANGRA PARTNERS GESTÃO DE INFORMAÇÕES E INV	07396813000191	6.118.469,31	0,067%
ANGRA PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.	05597435000260	51.180.289,79	0,559%
ARX CAPITAL MANAGEMENT	04408128000140	77.782.585,01	0,850%
BANCO ABN AMRO REAL S.A	33066408000115	610.385.230,16	6,666%
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A	02562663000125	326.745.955,64	3,569%
BANCO ITAÚ S/A	60701190000104	336.475.639,46	3,675%
BANCO OURINVEST	78632767000120	73.683.239,69	0,805%

BANCO SAFRA S/A	07002898000186	183.236.364,20	2,001%
BANCO SCHAIN CURY S/A	50585090000106	344.342,08	0,004%
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT	62375134000144	194.206.205,27	2,121%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00360305000104	938.806.476,49	10,253%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04557602000103	300.340,26	0,003%
DYNAMO ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	03215562000140	12.191.426,21	0,133%
FIDÚCIA ASSET MANAGEMENT	03001991000115	2.431.846,17	0,027%
FIR CAPITAL PARTNERS	03406900000121	22.788,99	0,000%
GOVERNANÇA E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA	04969434000155	6.840.869,90	0,075%
GP ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S.A.	02888152000106	2.720.242,64	0,030%
HSBC BRAZILIAN ASSETS AND INVESTMENTS MANAGEMENT LTDA.	06071726000100	75.474.931,54	0,824%
JARDIM BOTÂNICO PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.	05686923000162	84735,4	0,001%
MELLON GLOBAL INVESTMENTS	05236848000138	1.491.707.443,77	16,292%
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	05640380000142	811.647,71	0,009%
PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	29650082000100	452.759.855,53	4,945%
PLANNER CV S/A	00806535000154	2.368.221,52	0,026%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S/A DTVM	02176289000120	324.575,23	0,004%
RMC SOCIEDADE CORRETORA S/A	61384004000105	3.114.256,92	0,034%
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL DTVM S/A	92886662000129	136.036.079,41	1,486%
UAM ASSESSORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	59608174000184	164.077.970,71	1,792%
UBS PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS	07625159000140	17.194.555,66	0,188%
VOTORANTIM ASSET MANGEMENT DTVM LTDA.	03384738000198	28.728.489,04	0,314%
WESTER ASSET MANAGEMENT COMPANY LIMITADA	07437241000141	307.310.567,91	3,356%

PLANO DE BENEFÍCIO: REG/REPLAN SALDADO

TOTAL RECURSOS GARANTIDORES			20.564.369.291,65
GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS*	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES
ANDRADE GUTIERREZ ANGRA PARTNERS GESTÃO DE INFORMAÇÕES E INV.	07396813000191	13.953.114,52	0,068%
ANGRA PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.	05597435000260	116.715.390,94	0,568%
ARX CAPITAL MANAGEMENT	04408128000140	177.454.018,83	0,863%
BANCO ABN AMRO REAL S.A	33066408000115	1.210.898.867,71	5,888%

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A	02562663000125	447.510.844,07	2,176%
BANCO ITAÚ S/A	60701190000104	701.922.646,26	3,413%
BANCO OURINVEST	78632767000120	168.032.814,19	0,817%
BANCO SAFRA S/A	07002898000186	329.256.353,40	1,601%
BANCO SCHAIN CURY S/A	50585090000106	785.263,64	0,004%
BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05449499000132	9.215.738,49	0,045%
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT	62375134000144	361.007.051,21	1,755%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00360305000104	2.414.327.214,98	11,740%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04557602000103	685.304,84	0,003%
DYNAMO ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA.	03215562000140	27.802.247,27	0,135%
FIDÚCIA ASSET MANAGEMENT	03001991000115	5.545.765,33	0,027%
FIR CAPITAL PARTNERS	03406900000121	51.990,01	0,000%
GOVERNANÇA E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.	04969434000155	14.185.829,77	0,069%
GP ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S.A.	02888152000106	6.203.446,36	0,030%
HSBC BRAZILIAN ASSETS AND INVESTMENTS MANAGEMENT LTDA.	06071726000100	230.444.178,65	1,121%
JARDIM BOTÂNICO PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.	05686923000162	192.260,01	0,001%
MELLON GLOBAL INVESTMENTS	05236848000138	3.401.802.102,66	16,542%
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	05640380000142	1.850.942,63	0,009%
PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	29650082000100	984.082.335,71	4,785%
PLANNER CV S/A	00806535000154	5.400.670,89	0,026%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S/A DTVM	02176289000120	738.553,31	0,004%
RMC SOCIEDADE CORRETORA S/A	61384004000105	7.101.986,22	0,035%
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL DTVM S/A	92886662000129	310.294.831,05	1,509%
UAM ASSESSORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	59608174000184	393.192.490,45	1,912%
UBS PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS	07625159000140	39.211.760,85	0,191%
VOTORANTIM ASSET MANGEMENT DTVM LTDA.	03384738000198	58.989.995,68	0,287%
WESTER ASSET MANAGEMENT COMPANY LIMITADA	07437241000141	548.544.368,35	2,667%

PLANO DE BENEFÍCIO: REB			
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES			1.415.066.118,05
GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS*	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES
ANDRADE GUTIERREZ ANGRA PARTNERS GESTÃO DE INFORMAÇÕES E INV.	07396813000191	703.576,43	0,050%
ANGRA PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.	05597435000260	5.891.381,41	0,416%
ARX CAPITAL MANAGEMENT	04408128000140	13.237.842,34	0,935%
BANCO ABN AMRO REAL S.A	33066408000115	65.492.688,72	4,628%
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A	02562663000125	19.060.055,34	1,347%
BANCO ITAÚ S/A	60701190000104	39.716.447,30	2,807%
BANCO OURINVEST	78632767000120	8.481.703,99	0,599%
BANCO SAFRA S/A	07002898000186	18.218.418,75	1,287%
BANCO SCHAIN CURY S/A	50585090000106	39.637,34	0,003%
BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	05449499000132	160.873,24	0,011%
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT	62375134000144	21.793.058,26	1,540%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00360305000104	299.525.032,73	21,167%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04557602000103	35.447,00	0,003%
DYNAMO ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA.	03215562000140	1.403.359,42	0,099%
FIDÚCIA ASSET MANAGEMENT	03001991000115	279.930,69	0,020%
FIR CAPITAL PARTNERS	03406900000121	2.796,27	0,000%
GOVERNANÇA E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.	04969434000155	716.050,67	0,051%
GP ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S.A.	02888152000106	313.128,09	0,022%
HSBC BRAZILIAN ASSETS AND INVESTMENTS MANAGEMENT LTDA.	06071726000100	23.404.348,59	1,654%
JARDIM BOTÂNICO PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.	05686923000162	10.414,67	0,001%
MELLON GLOBAL INVESTMENTS	05236848000138	171.710.975,69	12,134%
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	05640380000142	93.429,06	0,007%
PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	29650082000100	46.810.485,95	3,308%
PLANNER CV S/A	00806535000154	272.606,82	0,019%
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S/A DTVM	02176289000120	38.466,04	0,003%
RMC SOCIEDADE CORRETORA S/A	61384004000105	358.483,23	0,025%
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL DTVM S/A	92886662000129	20.012.383,69	1,414%
UAM ASSESSORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.	59608174000184	25.354.325,45	1,792%
UBS PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS	07625159000140	1.979.271,46	0,140%

VOTORANTIM ASSET MANGEMENT DTVM LTDA.	03384738000198	3.006.417,44	0,212%
WESTER ASSET MANAGEMENT COMPANY LIMITADA	07437241000141	34.207.881,82	2,417%

PLANO DE BENEFÍCIO: NOVO PLANO			
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES			376.938.846,61
GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS*	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES
BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05449499000132	1.069.702,59	0,284%
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT	62375134000144	1.076.792,89	0,286%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00360305000104	357.129.323,24	94,745%

* Valores líquidos, deduzida provisão de IOF.

Informações das Despesas Internas e Externas

INFORMAÇÕES DAS DESPESAS EXTERNAS* REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2007					
DESPESAS	REG/REPLAN	REG/REPLAN SALTADO	REB	NOVO PLANO	TOTAL
Gestão de investimentos	7.310.254,88	16.708.645,22	927.404,89	88.622,67	25.034.927,65
Consultoria/Auditoria	264.148,18	597.042,28	30.560,96	2.017,38	893.768,79
Custódia	552.676,75	1.532.647,51	81.936,89	57.160,43	2.224.421,58
Taxa Perfomance	2.707.004,37	6.173.264,62	311.596,45	-	9.191.865,44
Corretagem/Emolumentos	2.306.339,93	5.114.269,50	279.523,43	9.473,40	7.709.606,25
Outras Despesas**	1.528.519,35	3.591.709,55	188.700,82	48.842,52	5.357.772,25
Total dos Custos	14.668.943,45	33.717.578,69	1.819.723,43	206.116,39	50.412.361,97

Fonte: GECOR

Custos relativos ao período de 01.01.07 a 31.12.07

Externas * => Custos considerados para efeito de determinação do valor das cotas dos fundos de investimento.

** São consideradas como Outras Despesas > Despesas com publicidade, Despesas com cartório, Taxa CVM, dentre outras.

DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ANUAIS SOBRE DESPESAS

IN SPC 07/05 e Resolução CGPC 23/06
Brasília, 31 de dezembro de 2007.

INFORMAÇÕES DAS DESPESAS INTERNAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2007				
DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO	TOTAL
Pessoal e Encargos	9.509.790,26	2.823.551,07	3.009.767,76	15.343.109,09
Remuneração	5.408.822,84	1.638.146,12	1.688.622,64	8.735.591,60
Encargos e Benefícios	3.784.866,93	1.093.164,85	1.211.935,50	6.089.967,28
Despesas com Hospedagens e Diárias	123.362,50	35.819,28	41.914,31	201.096,09
Estagiários	70.757,79	20.575,54	22.823,25	114.156,58
Cursos Eventos	121.980,20	35.845,28	44.472,06	202.297,54

Serviços de Terceiros	6.892.345,01	1.917.816,88	2.228.864,96	11.039.026,85
Tecnologia da Informação	1.089.904,81	265.655,63	76.182,62	1.431.743,06
Honorários Advocatícios	2.850.417,98	815.326,84	827.298,40	4.493.043,22
Auditoria	36.890,68	10.559,64	13.373,45	60.823,77
Consultoria	373.524,72	109.017,72	122.712,36	605.254,80
Central de Atendimento	1.496.683,02	438.547,99	473.483,89	2.408.714,90
Prestação de Serviços Diversos	236.835,03	69.192,80	-	306.027,83
Outros Profissionais Contratados	518.268,53	152.856,92	623.624,83	1.294.750,28
Manutenção, Reparos e Instalações	246.491,22	56.659,34	600,00	303.750,56
Demais Despesas com Serviços de Terceiros	43.329,02	-	91.589,41	134.918,43
Despesas Gerais	6.906.598,80	1.682.518,47	2.973.304,40	11.562.421,67
Condomínio	265.431,97	61.180,50	37.587,86	364.200,33
Serviço de Encomenda e Malotes	621.523,33	123.953,59	218.932,07	964.408,99
Despesa com Telefonia	1.738.374,92	496.605,37	566.259,06	2.801.239,35
Custa e Custos Processuais	477.784,53	40.264,81	21.067,73	539.117,07
Despesas com Passagens	251.287,58	95.809,33	84.971,66	432.068,57
Transportes (Condução Urbana e Taxi)	95.153,71	29.296,91	34.555,86	159.006,48
Tributos	1.977.121,90	446.309,07	1.459.476,86	3.882.907,83
Material de Consumo	220.452,20	64.432,15	71.563,33	356.447,68
Despesas com Informações	331.045,57	97.866,54	9.843,52	438.755,63
Aluguéis	199.742,72	58.070,98	60.895,89	318.709,59
Eventos de Relações Públicas	349.373,39	100.336,02	120.715,48	570.424,89
Demais Despesas Gerais	379.306,98	68.393,20	287.435,08	735.135,26
Depreciações e Amortizações	2.194.328,04	445.390,58	-	2.639.718,62

Fonte: GECOP

DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO	TOTAL
Pessoal e Encargos	13.313.763,04	635.998,10	102.018,40	14.051.779,54
Remuneração	7.995.629,12	357.130,18	58.458,89	8.411.218,19
Encargos e Benefícios	4.764.653,45	233.006,10	38.838,19	5.036.497,74
Despesas com Hospedagens e Diárias	222.663,84	10.643,25	1.823,92	235.131,01
Estagiários	55.463,64	23.050,68	659,78	79.174,10
Cursos e Eventos	256.711,01	12.167,89	2.237,62	271.116,52
Demais Despesas com Pessoal e Encargos	18.641,98	-	-	18.641,98
Serviços de Terceiros	8.483.272,10	369.843,10	133.832,49	8.986.947,69
Tecnologia da Informação	1.682.264,88	76.101,59	2.541,50	1.760.907,97
Honorários Advocatícios	2.710.650,54	121.519,40	22.033,18	2.854.203,12
Auditoria	37.091,38	1.794,49	370,40	39.256,27

Consultoria	2.155.229,16	86.641,80	3.509,17	2.245.380,13
Prestação de Serviços Diversos	32.142,14	-	-	32.142,14
Outros Profissionais Contratados	1.015.577,48	46.531,11	101.020,27	1.163.128,86
Manutenção, Reparos e Instalações	341.976,87	15.271,50	-	357.248,37
Demais despesas c/ Serviços de terceiros	508.339,65	21.983,21	4.357,97	534.680,83
Despesas Gerais	5.204.676,08	228.303,58	126.273,57	5.559.253,23
Condomínio	309.871,09	13.864,11	-	323.735,20
Serviço de Encomenda e Malotes	240.310,91	11.614,23	2.304,10	254.229,24
Despesa Com Telefonia	220.283,97	10.676,27	2.042,15	233.002,39
Custa e Custos Processuais	126.992,59	(1.295,57)	(9.601,37)	116.095,65
Despesas com Passagens	586.492,76	26.947,03	4.855,73	618.295,52
Transportes (Condução Urbana e Taxi)	110.659,05	5.613,52	634,79	116.907,36
Tributos	1.695.227,65	71.651,32	602,30	1.767.481,27
Material de Consumo	208.941,51	9.994,78	1.578,01	220.514,30
Despesas com Informações	345.598,38	-	6.645,22	352.243,60
Aluguéis	162.809,33	7.889,24	111.056,01	281.754,58
Eventos de Relações Públicas	350.234,11	16.863,03	3.896,77	370.993,91
Demais Despesas Gerais	847.254,73	54.485,62	2.259,86	904.000,21
Depreciações e Amortizações	2.218.159,89	99.256,61	-	2.317.416,50

TOTAL GERAL DESP. ADM PREVIDECIAL/INVESTIMENTOS	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO	TOTAL
	54.722.933,22	8.202.678,39	8.574.061,58	71.499.673,19

Fonte: GECOP

DESPESAS DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO	TOTAL
Custódia	1.844.389,76	83.723,93	1.076,55	1.929.190,24
Honorários Profissionais	316.444,88	11.103,90	-	327.548,78

Fonte: GECOP

RENTABILIDADE				
SEGMENTO	REG/REPLAN	REG/REPLAN SALDADO	REB	NOVO PLANO
Renda Fixa	15,21%	15,71%	15,20%	11,05%
Renda Variável	58,50%	58,52%	57,05%	-
Investimentos Imobiliários	22,90%	22,89%	22,89%	-
Operações com Participantes	5,95%	7,12%	10,27%	23,76%
Outros	8,06%	9,05%	8,06%	-
VARIAÇÃO ACUMULADA	28,18%	28,57%	24,65%	9,73%
TAXA MÍNIMA ATURAL*	10,94%	10,94%	10,94%	11,47%

* Novo Plano INPC + 6%; os demais planos INPC + 5,50% conforme período.

FONTE: Programação Econômico Financeira

JUSTIFICATIVAS DOS EVENTUAIS DESENQUADRAMENTOS OU INOBSERVÂNCIA À RESOLUÇÃO CMN 3.456

Plano de Benefício REG/REPLAN SALDADO:

- Desenquadramento no Fundo Imobiliário Torre Norte – O plano possui 56,14% do fundo.
- Desenquadramento em Serra Azul – O plano possui 40,30% de série de Debêntures.

Para esses dois casos, a Fundação solicitou à SPC, por meio do OF PRESI 006/2004, prazo para o enquadramento, autorizado por meio do Ofício nº 096/SPC/DEPIN/CAD, de 18/01/2005, tendo sido concedido prazo para o enquadramento desses ativos, até dezembro de 2008, conforme item 11 do Voto BCB nº 336/2004.

PARECER ATUARIAL - NOVO PLANO

1. OBJETIVO

O presente parecer atuarial tem por finalidade apresentar os resultados, parâmetros, premissas e hipóteses da avaliação atuarial do Plano de Benefícios NOVO PLANO da Fundação dos Economiários Federais, decorrentes da obrigatoriedade legal, conforme previsto no art. 18 da Lei Complementar nº. 109 de 29 de maio de 2001.

2. INTRODUÇÃO

A avaliação atuarial realizada apurou o valor das provisões matemáticas e o custo referente aos benefícios previstos no NOVO PLANO.

3. BASE CADASTRAL

O cadastro que serviu de base para a realização da avaliação atuarial foi o de 30/11/2007. A análise da base cadastral dos participantes e assistidos demonstrou um nível aceitável de consistência.

3.1. Frequência de Participantes Ativos e Assistidos:

A distribuição da população vinculada ao plano de benefícios NOVO PLANO, entre participantes ativos e assistidos, totalizou 33.677 pessoas, de acordo com o banco de dados utilizado.

Apresentamos a seguir um resumo da distribuição da população com os respectivos salários e benefícios:

3.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS		
3.1.1.1.	Quantidade de Ativos	32.295
	Salário de Participação (R\$)	143.688.342,55
3.1.1.2.	Quantidade de Autopatrocinados	301
	Salário de Participação (R\$)	1.039.475,59
3.1.2. PARTICIPANTES ASSISTIDOS		
3.1.2.1.	Quantidade de Assistidos	1.081
	Benefício INSS (R\$)	1.335.763,56
	Benefício FUNCEF (R\$)	215.169,94

4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

Regime Financeiro: Capitalização

Métodos Atuariais: PUC – Crédito Unitário Projetado e Capitalização Financeira

5. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do NOVO PLANO de Benefícios são as seguintes:

5.1. Dados Gerais

Data da Base da Avaliação: 31/12/2007

Data da Base Cadastral: 30/11/2007

5.2. Hipóteses Biométricas

Tábua de Mortalidade Geral: AT-83 M&F

Tábua de Mortalidade de Inválidos: WINKLEVOSS

Tábua de Entrada em Invalidez: HUNTER

Tábua de Rotatividade: Experiência FUNCEF

5.3. Hipóteses Econômicas e Financeiras

Taxa real anual de juros: 6,0%

Índice Atuarial do Plano: INPC

Projeção do crescimento real

de salários: 1,5%

de benefícios do plano: 0,0%

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

dos salários: 0,0%

dos benefícios do plano: 98%

dos benefícios do INSS: 98%

5.4. Hipóteses Etárias

Idade de Aposentadoria por Tempo de Contribuição

do Homem: a maior entre 53 anos ou idade atual

da Mulher: a maior entre 48 anos ou idade atual

Maioridade: 24 anos

Obs.: Idades estabelecidas a partir da idade de entrada em serviço aos 18 anos.

5.5. Composição Familiar

Família de Pensionistas

Ativos: 95% dos participantes são casados na data da aposentadoria, com esposas mais jovens 4 (quatro) anos.

Assistidos: foi utilizada a estrutura familiar informada.

6. APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Apresentamos a seguir, com base em valores de 31/12/2007, o Ativo Líquido dos Exigíveis do Plano de Benefícios NOVO PLANO:

	VALORES EM R\$
Ativo Bruto	378.474.851,98
Exigível Operacional (-)	(1.265.477,25)
Exigível Contingencial (-)	(43.583.490,27)
Ativo Líquido dos Exigíveis	333.625.884,46

7. EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

Com base no banco de dados, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios NOVO PLANO totaliza R\$ 340.691.455,74.

Considerando que os fundos somam a quantia de R\$ 46.289.088,43 e o ativo líquido dos exigíveis operacional e contingencial e dos fundos, inclusive do programa de investimentos, cuja monta é de R\$ 18.696,62, corresponde a R\$ 287.318.099,41, descontado o valor das provisões matemáticas, resulta num déficit técnico de R\$ 53.373.356,33.

A composição do Exigível Atuarial, Provisões Matemáticas e dos Fundos em 31/12/2007 está assim distribuída:

	VALORES EM R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	340.691.455,74
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	24.176.380,86
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	316.515.074,88
RESERVAS E FUNDOS	(7.084.267,90)
Déficit Técnico	(53.373.356,33)
Fundos	46.289.088,43
Fundo Previdencial	43.032.742,55
Fundo de Benefício de Risco	43.032.742,55
Fundo Administrativo	3.256.345,88

O Fundo de Benefício de Risco é constituído com recursos oriundos das contribuições da patrocinadora, conforme art. 87, parágrafo único do regulamento.

O déficit técnico apurado é resultado da insuficiência de recursos para cobertura total do Fundo de Benefício de Risco, que é calculado atuarialmente, visando determinar o valor da reserva necessária à cobertura dos eventos de risco, durante o tempo faltante para se adquirir o direito ao benefício programado pleno. À medida que a massa de participantes se aproxima do final desse período ou havendo boa rentabilidade patrimonial, o déficit tende a desaparecer.

Além do acima descrito, parte do valor do déficit é causada pela insuficiência de provisões de benefícios concedidos da massa ex PMPP, que possui um déficit de R\$ 11.981.560,30, que deverá ser aportado pelo patrocinador.

Em função do valor e da sua origem, não há necessidade tempestiva de equacionamento. No entanto, recomendamos a reavaliação de sua relevância nos próximos exercícios.

8. PLANO DE CUSTEIO

Obedecendo às diretrizes do Regulamento do plano de benefícios NOVO PLANO, foram definidos os percentuais de contribuição para a patrocinadora e participantes ativos com base nas contribuições verificadas sobre o total da folha salarial.

O custo total do plano, com base nos resultados desta avaliação, resultou num total de 7,86%.

As contribuições foram estimadas conforme demonstrado a seguir:

CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA	
Benefício de Risco	0,34%
Despesas Administrativas	0,29%
Contribuição Variável	3,00%
Total da Contribuição da Patrocinadora	3,63%
CONTRIBUIÇÃO DO PARTICIPANTE ATIVO	
Benefício de Risco	0,00%
Despesas Administrativas	0,29%
Contribuição Variável	3,34%
Total da Contribuição da Patrocinadora	3,63%

O custo referente a despesas administrativas corresponde a 8% do custo total do plano.

A contribuição dos assistidos para custeio administrativo está prevista no art. 83 do Regulamento do NOVO PLANO, calculada sobre o valor da Renda Vitalícia ou Pensão e paga de forma paritária entre assistidos ou pensionistas e patrocinador, sendo mantida em 2% para o exercício corrente.

Os benefícios de risco serão cobertos pelo Fundo Previdencial para Garantia dos Benefícios de Risco.

Tendo em vista a natureza do plano de contribuição variável e a vinculação da contribuição patronal a fatos efetivamente ocorridos, tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e número de adesões ao plano, as taxas de contribuição apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

A contribuição da Patrocinadora neste Plano será de, no máximo, 12% do total da folha de salários de participação, não podendo, em hipótese alguma, exceder ao total das contribuições dos participantes, conforme disposto no §1º do Art. 6º, da Lei complementar 108/01.

9. CONCLUSÃO

O cálculo das provisões matemáticas do plano de benefícios NOVO PLANO teve como base o banco de dados enviado pela patrocinadora, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros apresentados neste parecer. O total dessas reservas representa as atuais e futuras necessidades financeiras para cobertura das despesas previdenciais, para que este Plano de Benefícios não tenha insuficiência de patrimônio e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com os compromissos futuros de participantes ativos e assistidos.

Alertamos que a rentabilidade patrimonial do Plano deverá ser, no mínimo, igual à meta atuarial de INPC + 6% ao ano, para garantia de seu equilíbrio.

Considerando as premissas e hipóteses adotadas, o Plano de Custeio, definido neste parecer, está em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

10. RECOMENDAÇÕES

Devido à constante queda da taxa de juros no país e o atual cenário de estabilidade da economia, que indicam no longo prazo maior necessidade de exposição a riscos, dificultando cada vez mais a alocação ideal do passivo, e considerando que os demais planos de benefícios administrados pela Fundação já realizaram a redução da meta atuarial, passando a taxa de juros de 6% para 5,5%, recomendamos a alteração do dispositivo regulamentar, que estipula o índice a ser utilizado, para que a mesma medida seja adotada.

Por fim, a Tábua de Mortalidade Geral utilizada para definir o valor das provisões matemáticas do NOVO PLANO foi a AT-83M&F, porém, é importante analisar a tendência da massa de participantes ativos e assistidos do plano em função de modificações futuras, uma vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas para os cálculos.

Brasília, 29 de fevereiro de 2008.

ANTONIO FERNANDO TONI

M.I.B.A. nº 1.181

PARECER ATUARIAL - REB 1998

1. OBJETIVO

O presente parecer atuarial tem por finalidade apresentar os resultados, parâmetros, premissas e hipóteses da avaliação atuarial do Plano de Benefícios REB 1998 da Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, decorrentes de obrigatoriedade legal, conforme previsto no art. 18 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001.

2. INTRODUÇÃO

A avaliação atuarial realizada apurou o valor das reservas matemáticas e o custo referente a cada benefício previsto no Plano de Benefícios REB 1998.

Os valores apresentados foram comparados ao Ativo Líquido dos Exigíveis e Fundos do Plano de Benefícios REB 1998, a fim de se verificar seu equilíbrio financeiro e atuarial.

3. BASE CADASTRAL

O cadastro que serviu de base para a realização da avaliação atuarial foi o de 30/11/2007. A análise da base cadastral dos participantes ativos e assistidos demonstrou um nível aceitável de consistência.

3.1. Frequência de Participantes Ativos e Assistidos:

A distribuição da população vinculada ao Plano de Benefícios REB 1998 se deu entre participantes ativos e assistidos, totalizando 2.912 pessoas, de acordo com o banco de dados utilizado.

Apresentamos, a seguir, um resumo da distribuição da população com os respectivos salários e benefícios:

3.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS		
3.1.1.1.	Quantidade de Ativos	2.860
	Salário de Participação (R\$)	8.131.534,31
3.1.1.2.	Quantidade de Autopatrocinados	33
	Salário de Participação (R\$)	89.220,86
3.1.2. PARTICIPANTES ASSISTIDOS		
3.1.2.1.	Quantidade de Assistidos	19
	Benefício INSS (R\$)	31.362,69
	Benefício FUNCEF (R\$)	3.097,76

4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

Regime Financeiro: Capitalização

Métodos Atuariais: PUC – Crédito Unitário Projetado e Capitalização Financeira

5. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do Plano de Benefícios REB 1998 são as seguintes:

5.1. Dados Gerais

Data Base da Avaliação: 31/12/2007

Data da Base Cadastral: 30/11/2007

5.2. Hipóteses Biométricas

Tábua de Mortalidade Geral: AT-83 M&F

Tábua de Mortalidade de Inválidos: WINKLEVOSS

Tábua de Entrada em Invalidez: HUNTER

Tábua de Rotatividade: EXPERIÊNCIA FUNCEF

5.3. Hipóteses Econômicas e Financeiras

Taxa real anual de juros: 5,5%

Índice Atuarial do Plano: INPC

Projeção do crescimento real

de salários: 1,5%

de benefícios do plano: 0,0%

do maior salário de benefícios do INSS: 0,0%

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

dos salários: 98%

dos benefícios do plano: 98%

dos benefícios do INSS: 98%

5.4. Hipóteses Etárias

Idade de Aposentadoria por Tempo de Contribuição

do Homem: a maior entre 55 anos ou idade atual

da Mulher: a maior entre 55 anos ou idade atual

Maioridade: 24 anos

Obs.: Idades estabelecidas a partir da idade de entrada em serviço aos 18 anos.

5.5. Composição Familiar

Família de Pensionistas

Ativos: 95% dos participantes são casados na data da aposentadoria, com esposas mais jovens 4 (quatro) anos.

Assistidos: foi utilizada a estrutura familiar informada.

5.6. Outros Parâmetros

Teto do INSS

para Benefício: R\$ 2.656,71, definido conforme legislação vigente, posicionado em 12/2007.

para Contribuição: R\$ 2.894,26 atualizado pelo índice atuarial do plano, posicionado em 04/2007.

Salário Mínimo

R\$ 380,00, atualizado pelo índice atuarial do Plano, posicionado em 04/2007.

6. APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Apresentamos a seguir, com base em valores de 31/12/2007, o Ativo Líquido dos Exigíveis, do Plano de Benefícios REB 1998:

	VALORES EM R\$
Ativo Bruto	104.575.573,38
Exigível Operacional (-)	(1.199.088,16)
Exigível Contingencial (-)	(673.428,71)
Ativo Líquido dos Exigíveis	102.703.056,51

7. EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

Com base no banco de dados, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios REB 1998 totaliza R\$ 87.961.852,82.

Considerando que os fundos somam a quantia de R\$ 14.707.262,74 e o ativo líquido dos exigíveis operacional e contingencial e dos fundos, inclusive do programa de investimentos, cuja monta é de R\$ 17.731,54, corresponde a R\$ 87.978.062,23, descontando o valor das Provisões Matemáticas, resulta num superávit técnico de R\$ 16.209,41.

A composição do Exigível Atuarial, Reservas e dos Fundos em 31/12/2007 está assim distribuída:

	VALORES EM R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	87.961.852,82
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	581.754,99
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	87.380.097,83
RESERVAS E FUNDOS	14.723.472,15
Superávit Técnico	16.209,41
Fundos	14.707.262,74
Fundo Previdencial	6.437.156,83
Fundo de Benefício de Risco	5.826.014,61
Fundo de Garantia da Reserva de Cobertura	611.142,22
Fundo Administrativo	8.270.105,91

O Fundo de Benefício de Risco é constituído com recurso oriundo das contribuições da patrocinadora para cobertura dos benefícios de risco.

O Fundo de Garantia de Reserva de Cobertura será constituído das sobras do saldo de subconta da patrocinadora decorrente do pagamento de Resgate, de acordo com o § 6º do art. 37 do Regulamento.

O resultado superavitário foi ocasionado pela reversão do Fundo de Garantia da Reserva de Cobertura, num total de R\$ 1.070.643,68.

8. ATESTADO DE VIABILIDADE TÉCNICA - MARCAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS DE LONGO PRAZO NA MODALIDADE MANUTENÇÃO ATÉ O VENCIMENTO

Em atenção à Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, tecemos manifestação acerca da viabilidade técnica do procedimento em epígrafe, adotado para o Plano de Benefício REB 1998.

Os Títulos Públicos de Longo Prazo constantes da carteira própria de Renda Fixa da FUNCEF são: NTN-C 2.017, 2.021 e 2.031 e NTN-B 2.024 e 2.045.

Conforme disposto no art. 6º, parágrafo 1º, Item I da Resolução supracitada, a transição entre as modalidades não admite o estorno de ganhos ou perdas anteriores, passando, nesse caso, a incidir as taxas de juros do último dia de negociação antes do fechamento do balanço de 2007, tendo como contrapartida a não ocorrência de alterações patrimoniais como consequência da medida, uma vez que o valor patrimonial dos títulos guarda correspondência com as taxas praticadas nos mercados.

Os efeitos da redução da taxa de juros no país, entre outras premissas que possam resultar em rentabilidade instantânea, superior à taxa de aquisição dos papéis, acarretarão rentabilidades futuras menores, podendo ser inferiores a meta atuarial, visto que a rentabilidade total no vencimento dos títulos será a mesma, independentemente de sua modalidade de contabilização.

Os citados ativos foram reclassificados em 28 de dezembro de 2007, passando da categoria “títulos para negociação”, para a categoria “títulos mantidos até vencimento” pelas seguintes razões:

- a) propicia a redução da volatilidade dos títulos em carteira, por não estarem mais sujeitos às oscilações de mercado;
- b) permite uma melhor aderência da carteira de Renda Fixa ao passivo atuarial, tendo em vista que a correção desses ativos ocorrerá de forma compatível e superior à taxa de evolução do passivo atuarial;
- c) melhora o casamento de prazos entre a carteira de Renda Fixa e o fluxo atuarial de longo prazo;
- d) está fundamentado na capacidade financeira da FUNCEF para manter esses títulos até o seu vencimento, conforme estudos internos.

Considerando que o foco a ser evidenciado neste demonstrativo é a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, o resultado e rentabilidade da carteira de investimento do plano, no exercício de 2007, apresentaram condições financeiras para realização da alteração da modalidade de contabilização e ainda superar a meta atuarial. Estudos internos demonstraram que, sob este aspecto, o REB 1998 apresenta situação de liquidez equacionada para período que supera o ano de 2.045, data do papel mais longo a ser contabilizado na modalidade manutenção até o vencimento, pelo que atestamos sua viabilidade técnica.

9. PLANO DE CUSTEIO

Obedecendo as diretrizes do Regulamento do Plano de Benefícios REB 1998, foram definidos os percentuais de contribuição da patrocinadora e dos participantes ativos, aplicados sobre o total da folha salarial.

O custo total do plano, com base nos resultados desta avaliação, resultou num total de 10,28%.

As contribuições foram estimadas conforme demonstrado a seguir:

CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA	
Benefício de Risco	0,83%
Despesas Administrativas	1,54%
Contribuição Variável	2,77%
Total da Contribuição da Patrocinadora	5,14%
CONTRIBUIÇÃO DO PARTICIPANTE ATIVO	
Total da Contribuição da Patrocinadora	5,14%

O custo referente a despesas administrativas corresponde a 15% do custo total do plano.

Os benefícios de risco serão cobertos pelo Fundo Previdencial de Benefícios de Risco.

A contribuição dos assistidos para custeio administrativo está prevista no artigo 41, § 2º do Regulamento, calculada mediante a aplicação do percentual mínimo de contribuição normal estabelecida para os participantes ativos, conforme previsto no art.42, sobre o valor da Renda Vitalícia ou Pensão.

Tendo em vista a natureza do plano de contribuição variável e a vinculação da contribuição patronal a fatos efetivamente ocorridos, tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e número de adesões ao plano, as taxas de contribuição apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

As taxas de despesas administrativas e benefícios de risco devem vigorar a partir de Jan/2008.

A contribuição da patrocinadora neste plano será de, no máximo, 8,34% do total da folha de salários de participação, não podendo, em hipótese alguma, exceder ao total

das contribuições dos participantes ativos, conforme disposto no §1º do Art. 6º, da Lei complementar 108/01.

10. CONCLUSÃO

O cálculo das provisões matemáticas do Plano de Benefícios REB 1998 teve como base o banco de dados fornecido pela patrocinadora, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros apresentados neste parecer. O total dessas provisões representa as atuais e futuras necessidades financeiras para cobertura das despesas previdenciais, para que este Plano de Benefícios não tenha insuficiência de patrimônio e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com os compromissos futuros dos participantes e assistidos.

Alertamos que a rentabilidade patrimonial do plano deverá ser, no mínimo, igual à meta atuarial da Fundação, que é o INPC + 5,5 % a.a, para garantia de seu equilíbrio.

Conforme recomendações dispostas no DRAA de 2007, realizamos o desagrevamento da Tábua de Mortalidade Geral sendo adotada a AT-83 M&F em sua plenitude, medida que atende a Resolução CGPC nº. 18/2006.

Outra medida adotada foi a alteração da meta atuarial, passando a taxa de juros de 6% para 5,5% a.a., considerando a constante queda da taxa de juros no país e o atual cenário de estabilidade da economia que indicam, no longo prazo, maior necessidade de exposição a riscos, dificultando cada vez mais a alocação ideal do passivo.

Considerando as premissas e hipóteses adotadas, o Plano de Custeio definido neste parecer está em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

11. RECOMENDAÇÕES

A Tábua de Mortalidade Geral utilizada para definir o valor das provisões matemáticas do REB 1998 foi a AT-83M&F, porém, é importante analisar a tendência da massa de participantes ativos e assistidos do plano em função de modificações futuras, uma vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas para os cálculos.

Brasília, 29 de fevereiro de 2008.

ANTONIO FERNANDO TONI

M.I.B.A. nº 1.181

PARECER ATUARIAL - REB 2002

1. OBJETIVO

O presente parecer atuarial tem por finalidade apresentar os resultados, parâmetros, premissas e hipóteses da avaliação atuarial do Plano de Benefícios REB 2002 da Fundação dos Economizadores Federais - FUNCEF, decorrentes de obrigatoriedade legal, conforme previsto no art. 18 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001.

2. INTRODUÇÃO

A avaliação atuarial realizada apurou o valor das reservas matemáticas e o custo referente a cada benefício previsto no Plano de Benefícios REB 2002.

Os valores apresentados foram comparados ao Ativo Líquido dos Exigíveis e Fundos do Plano de Benefícios REB 2002, a fim de se verificar seu equilíbrio financeiro e atuarial.

3. BASE CADASTRAL

O cadastro que serviu de base para a realização da avaliação atuarial foi o de 30/11/2007. A análise da base cadastral dos participantes ativos e assistidos demonstrou um nível aceitável de consistência.

3.1. Frequência de Participantes Ativos e Assistidos:

A distribuição da população vinculada ao Plano de Benefícios REB 2002, entre participantes ativos e assistidos, totalizou 11.625 pessoas, de acordo com o banco de dados utilizado.

Apresentamos, a seguir, um resumo da distribuição da população com os respectivos salários e benefícios:

3.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS		
3.1.1.1.	Quantidade de Ativos	9.646
	Salário de Participação (R\$)	23.085.192,32
3.1.1.2.	Quantidade de Autopatrocinados	157
	Salário de Participação (R\$)	419.548,56
3.1.2. PARTICIPANTES ASSISTIDOS		
3.1.2.1.	Quantidade de Assistidos	1.822
	Benefício INSS (R\$)	2.694.827,95
	Benefício FUNCEF (R\$)	3.480.806,98

4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

Regime Financeiro: Capitalização

Métodos Atuariais: PUC – Crédito Unitário Projetado e Capitalização Financeira

5. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do Plano de Benefícios REB 2002 são as seguintes:

5.1. Dados Gerais

Data Base da Avaliação: 31/12/2007

Data da Base Cadastral: 30/11/2007

5.2. Hipóteses Biométricas

Tábua de Mortalidade Geral: AT-83 M&F

Tábua de Mortalidade de Inválidos: WINKLEVOSS

Tábua de Entrada em Invalidez: HUNTER

Tábua de Rotatividade: EXPERIÊNCIA FUNCEF

5.3. Hipóteses Econômicas e Financeiras

Taxa real anual de juros: 5,5%

Índice Atuarial do Plano: INPC

Projeção do crescimento real

de salários: 1,5%

de benefícios do plano: 0,0%

do maior salário de benefícios do INSS: 0,0%

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

dos salários: 98%

dos benefícios do plano: 98%

dos benefícios do INSS: 98%

5.4. Hipóteses Etárias

Idade de Aposentadoria por Tempo de Contribuição

do Homem: a maior entre 55 anos ou idade atual

da Mulher: a maior entre 55 anos ou idade atual

Maioridade: 24 anos

Obs.: Idades estabelecidas a partir da idade de entrada em serviço aos 18 anos.

5.5. Composição Familiar

Família de Pensionistas

Ativos: 95% dos participantes são casados na data da aposentadoria, com esposas mais jovens 4 (quatro) anos.

Assistidos: foi utilizada a estrutura familiar informada.

5.6. Outros Parâmetros

Teto do INSS

para Benefício: R\$ 2.656,71, definido conforme legislação vigente, posicionado em 12/2007.

para Contribuição: R\$ 2.894,26 atualizado pelo índice atuarial do Plano, posicionado em 04/2007.

Salário Mínimo

R\$ 380,00, atualizado pelo índice atuarial do Plano, posicionado em 04/2007.

6. APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Apresentamos a seguir, com base em valores de 31/12/2007, o Ativo Líquido dos Exigíveis, do Plano de Benefícios REB 2002:

	VALORES EM R\$
Ativo Bruto	1.334.020.011,69
Exigível Operacional (-)	(22.806.632,13)
Exigível Contingencial (-)	(21.487.770,08)
Ativo Líquido dos Exigíveis	1.289.725.609,48

7. EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

Com base no banco de dados, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios REB 2002 totaliza R\$ 1.141.577.568,21.

Considerando que os fundos somam a quantia de R\$ 22.333.142,93 e o ativo líquido dos exigíveis operacional e contingencial e dos fundos, inclusive do programa de investimentos, cuja monta é de R\$ 54.180,03, corresponde a R\$ 1.267.338.286,52, descontando o valor das Provisões Matemáticas, resulta num superávit técnico de R\$ 125.760.718,31.

A composição do Exigível Atuarial, Reservas e dos Fundos em 31/12/2007 está assim distribuída:

	VALORES EM R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.141.577.568,21
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	577.195.221,29
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	564.405.166,13
Reserva a Amortizar	(22.819,21)
RESERVAS E FUNDOS	148.093.861,24
Superávit Técnico	125.760.718,31
Reserva de Contingência	125.760.718,31
Fundos	22.333.142,93
Fundo Previdencial	17.313.395,78
Fundo de Benefício de Risco	17.161.453,17
Fundo de Garantia da Reserva de Cobertura	151.942,61
Fundo Administrativo	5.019.747,15

O Fundo de Benefício de Risco é constituído com recursos oriundos das contribuições da patrocinadora e dos participantes, para cobertura dos benefícios de risco, conforme art. 40 § 2º do regulamento do Plano.

O Fundo de Garantia de Reserva de Cobertura, constituído das sobras do saldo de subconta do patrocinador, decorrente do pagamento de Resgate, de acordo com o § 6º do art. 37 do Regulamento, foi revertido em função do desagramento da tábua de mortalidade utilizada, conforme VOTO DIBEN 070/07.

O resultado superavitário foi ocasionado principalmente pela rentabilidade patrimonial, tendo superado a meta atuarial de 5,5% ao ano + INPC (IBGE).

8. ATESTADO DE VIABILIDADE TÉCNICA – MARCAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS DE LONGO PRAZO NA MODALIDADE MANUTENÇÃO ATÉ O VENCIMENTO

Em atenção à Resolução MPAS/CGPC nº. 04, de 30 de janeiro de 2002, tecemos manifestação acerca da viabilidade técnica do procedimento em epígrafe, adotado para o plano de benefício REB 2002.

Os Títulos Públicos de Longo Prazo constantes da carteira própria de Renda Fixa da FUNCEF são: NTN-C 2.017, 2.021 e 2.031 e NTN-B 2.024 e 2.045.

Conforme disposto no parágrafo 1º do art. 6º, Item I da Resolução supracitada, a transição entre as modalidades não admite o estorno de ganhos ou perdas anteriores, passando, nesse caso, a incidir as taxas de juros do último dia de negociação antes do fechamento do balanço de 2007, tendo como contrapartida a não ocorrência de alterações patrimoniais como consequência da medida, uma vez que o valor patrimonial dos títulos guarda correspondência com as taxas praticadas nos mercados.

Os efeitos da redução da taxa de juros no país, entre outras premissas que possam resultar em rentabilidade instantânea, superior à taxa de aquisição dos papéis, acarretarão rentabilidades futuras menores, podendo ser inferiores a meta atuarial, visto que a rentabilidade total no vencimento dos títulos será a mesma, independentemente de sua modalidade de contabilização.

Os citados ativos foram reclassificados em 28 de dezembro de 2007, passando da categoria “títulos para negociação” para a categoria “títulos mantidos até vencimento” pelas seguintes razões:

- a) propicia a redução da volatilidade dos títulos em carteira, por não estarem mais sujeitos às oscilações de mercado;
- b) permite uma melhor aderência da carteira de Renda Fixa ao passivo atuarial, tendo em vista que a correção desses ativos ocorrerá de forma compatível e superior à taxa de evolução do passivo atuarial;
- c) melhora o casamento de prazos entre a carteira de Renda Fixa e o fluxo atuarial de longo prazo;
- d) está fundamentado na capacidade financeira da FUNCEF para manter esses títulos até o seu vencimento, conforme estudos internos.

Considerando que o foco a ser evidenciado neste demonstrativo é a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, o resultado e rentabilidade da carteira de investimento do plano, no exercício de 2007, apresentaram condições financeiras para realização da alteração da modalidade de contabilização e ainda superar a meta atuarial. Estudos internos demonstraram que, sob este aspecto, o REB 2002 apresenta situação de liquidez equacionada para período que supera o ano de 2.045, data do papel mais longo a ser contabilizado na modalidade manutenção até o vencimento, pelo que atestamos sua viabilidade técnica.

9. PLANO DE CUSTEIO

Obedecendo as diretrizes do Regulamento do Plano de Benefícios REB 2002, foram definidos os percentuais de contribuição da patrocinadora e dos participantes ativos, aplicados sobre o total da folha salarial.

O custo total do Plano, com base nos resultados desta avaliação, resultou num total de 9,17%.

As contribuições foram estimadas conforme demonstrado a seguir:

CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA	
Benefício de Risco	0,465%
Despesas Administrativas	0,690%
Contribuição Variável	3,430%
Total da Contribuição da Patrocinadora	4,585%

CONTRIBUIÇÃO DO PARTICIPANTE ATIVO	
Benefício de Risco	0,465%
Despesas Administrativas	0,690%
Contribuição Variável	3,430%
Total da Contribuição da Patrocinadora	4,585%

O custo referente a despesas administrativas corresponde a 15% do custo total do plano.

Os benefícios de risco serão cobertos pelo Fundo Previdencial para Garantia de Benefícios de Risco.

A contribuição dos assistidos para custeio administrativo está prevista no artigo 41, § 2º do Regulamento, calculada mediante a aplicação do percentual mínimo de contribuição normal estabelecida para os participantes ativos, conforme previsto no art. 42, sobre o valor da Renda Vitalícia ou Pensão.

Tendo em vista a natureza do plano de contribuição variável e a vinculação da contribuição patronal a fatos efetivamente ocorridos, tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e número de adesões ao plano, as taxas

de contribuição apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

As taxas de despesas administrativas e benefícios de risco devem vigorar a partir de Jan/2008.

A contribuição da patrocinadora neste plano será de, no máximo, 7% do total da folha de salários de participação, não podendo, em hipótese alguma, exceder ao total das contribuições dos participantes ativos, conforme disposto no §1º do Art. 6º, da Lei Complementar 108/01.

10. CONCLUSÃO

O cálculo das provisões matemáticas do Plano de Benefícios REB 2002 teve como base o banco de dados fornecido pela patrocinadora, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros apresentados neste parecer. O total dessas provisões representa as atuais e futuras necessidades financeiras para cobertura das despesas previdenciais, para que este Plano de Benefícios não tenha insuficiência de patrimônio e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com os compromissos futuros dos participantes e assistidos.

Alertamos que a rentabilidade patrimonial do plano deverá ser, no mínimo, igual à meta atuarial da Fundação, que é o INPC + 5,5 % a.a., para garantia de seu equilíbrio.

Conforme recomendações dispostas no DRAA de 2007, realizamos o desagregamento da Tábua de Mortalidade Geral sendo adotada a AT-83 M&F em sua plenitude, medida que atende a Resolução CGPC nº. 18/2006.

Outra medida adotada foi a alteração da meta atuarial, passando a taxa de juros de 6% para 5,5% a.a., considerando a constante queda da taxa de juros no país e o atual cenário de estabilidade da economia que indicam, no longo prazo, maior necessidade de exposição a riscos, dificultando cada vez mais a alocação ideal do passivo.

Considerando as premissas e hipóteses adotadas, o Plano de Custeio definido neste parecer está em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

11. RECOMENDAÇÕES

A Tábua de Mortalidade Geral utilizada para definir o valor das provisões matemáticas do REB 2002 foi a AT-83M&F, porém, é importante analisar a tendência da massa de participantes ativos e assistidos do plano em função de modificações futuras, uma vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas para os cálculos.

Brasília, 29 de fevereiro de 2008.

ANTONIO FERNANDO TONI

M.I.B.A. nº 1.181

PARECER ATUARIAL - REPLAN NÃO SALDADO

1. OBJETIVO

O presente parecer atuarial tem por finalidade apresentar os resultados, parâmetros, premissas e hipóteses da avaliação atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO, da Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, decorrentes da obrigatoriedade legal, conforme previsto no art. 18 da Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001.

2. INTRODUÇÃO

A avaliação atuarial realizada apurou o valor das provisões matemáticas e o custo referente aos benefícios previstos no Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO.

Os valores apresentados foram comparados ao Ativo Líquido dos Exigíveis e Fundos, do Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO, a fim de se verificar seu equilíbrio financeiro e atuarial.

3. BASE CADASTRAL

O cadastro que serviu de base para a realização da avaliação atuarial foi o de 30/11/2007. A análise da base cadastral dos participantes ativos e assistidos demonstrou um nível aceitável de consistência.

3.1. Frequência de Participantes Ativos e Assistidos:

A distribuição da população vinculada ao Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO, entre participantes ativos e assistidos, totalizou 19.163 pessoas, de acordo com o banco de dados utilizado.

Apresentamos, a seguir, um resumo da distribuição da população com os respectivos salários e benefícios:

3.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS		
3.1.1.1.	Quantidade de Ativos	15.599
	Salário de Participação (R\$)	61.205.031,47
3.1.1.2.	Quantidade de Autopatrocinados	100
	Salário de Participação (R\$)	300.532,56
3.1.2. PARTICIPANTES ASSISTIDOS		
3.1.2.1.	Quantidade de Assistidos	3.464
	Benefício INSS (R\$)	6.079.581,70
	Benefício FUNCEF (R\$)	6.545.996,06

4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

Regimes Financeiros: Capitalização para os benefícios e Repartição Simples para o Resgate.

Método Atuarial: PUC – Crédito Unitário Projetado

5. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO são as seguintes:

5.1. Dados Gerais

Data Base da Avaliação: 31/12/2007

Data da Base Cadastral: 30/11/2007

5.2. Hipóteses Biométricas

Tábua de Mortalidade Geral: AT-83 M&F

Tábua de Mortalidade de Inválidos: WINKLEVOSS

Tábua de Entrada em Invalidez: HUNTER

Tábua de Rotatividade: EXPERIÊNCIA FUNCEF

5.3. Hipóteses Econômicas e Financeiras

Taxa real anual de juros: 5,5%

Índice Atuarial do Plano: INPC

Projeção do crescimento real

de salários: 1,5%

de benefícios do plano: 1,0%

do maior salário de benefícios do INSS: 0,0%

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

dos salários: 98%

dos benefícios do plano: 98%

dos benefícios do INSS: 98%

5.4. Hipóteses Etárias

Idade de Aposentadoria por Tempo de Contribuição

do Homem: a maior entre 53 anos ou idade atual

da Mulher: a maior entre 48 anos ou idade atual

Maioridade: 21 anos

Obs.: Idades estabelecidas a partir da idade de entrada em serviço aos 18 anos.

5.5. Composição Familiar

Família de Pensionistas

Ativos: 95% dos participantes são casados na data da aposentadoria, com esposas mais jovens 4 (quatro) anos.

Assistidos: foi utilizada a estrutura familiar informada.

5.6. Outros Parâmetros

Teto do INSS

para Benefício: R\$ 2.656,71, definido conforme legislação vigente, posicionado em 12/2007.

para Contribuição: R\$ 2.894,26 atualizado pelo índice atuarial do plano, posicionado em 04/2007.

Salário Mínimo

R\$ 380,00, atualizado pelo índice atuarial do Plano, posicionado em 04/2007.

6. APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Apresentamos a seguir, com base em valores de 31/12/2007, o Ativo Líquido dos Exigíveis, do Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO:

	VALORES EM R\$
Ativo Bruto	9.322.508.807,17
Exigível Operacional (-)	(236.249.619,11)
Exigível Contingencial (-)	(153.641.018,31)
Ativo Líquido dos Exigíveis	8.932.618.169,75

7. EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

Com base no banco de dados, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO totaliza R\$ 7.198.805.751,29, que subtraída a Reserva a Amortizar resulta no valor final de R\$ 7.198.605.783,67.

Considerando que os fundos somam a quantia de R\$ 1.259.573.828,71 e o ativo líquido dos exigíveis operacional e contingencial e dos fundos, inclusive do programa de investimentos, cuja monta é de R\$ 149.070,41, corresponde a R\$ 7.672.895.270,63, descontado o valor das provisões matemáticas, resulta num superávit acumulado de R\$ 474.289.486,96.

A provisão matemática a constituir, referente a serviço passado, registra o valor atual das contribuições futuras dos participantes ativos a serem pagas a título de jóia.

A composição do Exigível Atuarial, Reservas e dos Fundos em 31/12/2007 está assim distribuída:

	VALORES EM R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	7.198.605.783,67
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	1.195.117.882,93
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	6.003.687.868,36
Provisões Matemáticas a Constituir	(199.967,62)
Serviço Passado	(199.967,62)
RESERVAS E FUNDOS	1.733.863.315,67
Superávit Técnico	474.289.486,96
Reserva de Contingência	474.289.486,96
Fundos	1.259.573.828,71
Fundo Previdencial	1.231.795.094,19
Fundo Previdencial para Ajustes Futuros	1.231.795.094,19
Fundo Administrativo	27.778.734,52

O superávit técnico decorreu principalmente da rentabilidade patrimonial, tendo superado a meta atuarial de 5,5% ao ano mais o INPC.

O Fundo Previdencial para Ajustes Futuros foi constituído com o objetivo de resguardar a lógica do rateio patrimonial de forma equânime e em conformidade com o Voto DIBEN 049/2006 cujos recursos equivalem ao acréscimo de 10,79% + 4% vertidos ao saldamento, para isonomia entre os participantes, além de considerar que o plano de benefícios deverá continuar passando por ajustes, tanto do ponto de vista interno, como os ajustes cadastrais, baseados em informações que deverão ser ratificadas ou retificadas pela patrocinadora, e a reabertura do prazo para novos saldamentos, quanto por influência externa, como cenário macroeconômico, que sinaliza ainda a necessidade de estudos de aderência da taxa de retorno dos investimentos e a perspectiva de evolução da sobrevivência, que exigirão novos procedimentos a serem adotados.

8. ATESTADO DE VIABILIDADE TÉCNICA – MARCAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS DE LONGO PRAZO NA MODALIDADE MANUTENÇÃO ATÉ O VENCIMENTO

Em atenção à Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, tecemos manifestação acerca da viabilidade técnica do procedimento em epígrafe, adotado para o plano de benefício REG/REPLAN NÃO SALDADO.

Os Títulos Públicos de Longo Prazo, constantes da carteira própria de Renda Fixa da FUNCEF são: NTN-C 2.017, 2.021 e 2.031 e NTN-B 2.024 e 2.045.

Conforme disposto no parágrafo 1º do art. 6º, Item I da Resolução supracitada, a transição entre as modalidades não admite o estorno de ganhos ou perdas anteriores, passando, nesse caso, a incidir as taxas de juros do último dia de negociação antes do fechamento do balanço de 2007, tendo como contrapartida a não ocorrência de alterações patrimoniais como consequência da medida, uma vez que o valor patrimonial dos títulos guarda correspondência com as taxas praticadas nos mercados.

Os efeitos da redução da taxa de juros no país, entre outras premissas que possam resultar em rentabilidade instantânea, superior à taxa de aquisição dos papéis, acarretarão rentabilidades futuras menores, podendo ser inferiores a meta atuarial, visto que a rentabilidade total no vencimento dos títulos será a mesma, independentemente de sua modalidade de contabilização.

Os citados ativos foram reclassificados em 28 de dezembro de 2007, passando da categoria "títulos para negociação" para a categoria "títulos mantidos até vencimento" pelas seguintes razões:

- a) propicia a redução da volatilidade dos títulos em carteira, por não estarem mais sujeitos às oscilações de mercado;
- b) permite uma melhor aderência da carteira de Renda Fixa ao passivo atuarial, tendo em vista que a correção desses ativos ocorrerá de forma compatível e superior à taxa de evolução do passivo atuarial;
- c) melhora o casamento de prazos entre a carteira de Renda Fixa e o fluxo atuarial de longo prazo;
- d) está fundamentado na capacidade financeira da FUNCEF para manter esses títulos até o seu vencimento, conforme estudos internos.

Considerando que o foco a ser evidenciado neste demonstrativo é a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, o resultado e rentabilidade da carteira de investimento do plano, no exercício de 2007, apresentaram condições financeiras para realização da alteração da modalidade de contabilização e ainda superar a meta atuarial. Estudos internos demonstraram que, sob este aspecto, o REG/REPLAN NÃO SALDADO apresenta situação de liquidez equacionada para período que supera o ano de 2.045, data do papel mais longo a ser contabilizado na modalidade manutenção até o vencimento, pelo que atestamos sua viabilidade técnica.

9. PLANO DE CUSTEIO

Obedecendo as diretrizes do Regulamento do Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO, foram definidos os percentuais de contribuição da patrocinadora e dos participantes ativos do respectivo plano, aplicados sobre o total da folha salarial.

O custeio total do plano, com base nos resultados desta avaliação, resultou num total de 23,37%.

O custo médio, referente à contribuição dos participantes ativos foi estimado em 11,685% da folha de salários.

As contribuições realizadas pelos participantes a título de jóia representam uma taxa média de 0,01% da folha de salários.

Com base na avaliação atuarial realizada, recomendamos que os participantes ativos e assistidos contribuam com os percentuais abaixo relacionados, que devem incidir sobre a base de cálculo previsto no regulamento:

- até ½ teto do salário de contribuição para a previdência social oficial	3%
- entre ½ teto do salário de contribuição e 1 teto do salário de contribuição para a previdência social oficial	5%
- acima de 1 teto do salário de contribuição para a previdência social oficial	34,26%

A taxa de custeio definida para a patrocinadora corresponde a 11,685% e deve incidir sobre a folha correspondente ao salário de participação dos participantes deste plano, ficando o valor total limitado às contribuições dos participantes, na forma prevista nas disposições da Lei Complementar nº 108/2001.

As taxas de contribuição dos participantes devem ser implementadas a partir de jan/2008.

As despesas, referentes à administração do Plano, representam 8% do total das contribuições normais dos participantes e da patrocinadora e equivalem a 1,87% do total da folha salarial. A contribuição dos assistidos representa 6,30% da folha de benefícios destes.

10. CONCLUSÃO

O cálculo das provisões matemáticas do Plano de Benefícios REG/REPLAN NÃO SALDADO tomou como base o banco de dados enviado pela patrocinadora, regime financeiro, método de financiamento, hipóteses e parâmetros apresentados neste parecer. O total dessas provisões representa as atuais e futuras necessidades financeiras para cobertura das despesas previdenciais, para que este plano de benefícios não tenha insuficiência de patrimônio e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com os compromissos futuros de participantes ativos e assistidos.

Alertamos que a rentabilidade patrimonial do plano deverá ser, no mínimo, igual à meta atuarial da Fundação, que é o INPC + 5,5 % a.a, para garantia de seu equilíbrio.

Conforme recomendações dispostas no DRAA de 2007, foi realizado o desagrevamento da Tábua de Mortalidade Geral sendo adotada a AT-83 M&F em sua plenitude, medida que atende a Resolução CGPC nº. 18/2006.

Outra medida adotada foi a alteração da meta atuarial, passando a taxa de juros de 6% para 5,5% a.a., considerando a constante queda da taxa de juros no país e o atual cenário de estabilidade da economia que indicam, no longo prazo, maior necessidade de exposição a riscos, dificultando cada vez mais a alocação ideal do passivo.

Os resultados desta avaliação contemplam os impactos da implantação dos institutos, aprovados pela SPC em 30/12/2005.

Considerando as hipóteses e premissas adotadas, o Plano de Custeio, definido neste parecer, está em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

11. RECOMENDAÇÕES

A Tábua de Mortalidade Geral utilizada para definir o valor das provisões matemáticas do REG/REPLAN NÃO SALDADO foi a AT-83M&F, porém, é importante analisar a tendência da massa de participantes ativos e assistidos do plano em função de modificações futuras, uma vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas para os cálculos.

Brasília, 28 de fevereiro de 2008.

ANTONIO FERNANDO TONI
M.I.B.A. nº 1.181

PARECER ATUARIAL - REPLAN SALDADO

1. OBJETIVO

O presente parecer atuarial tem por finalidade apresentar os resultados, parâmetros, premissas e hipóteses da avaliação atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN SALDADO, da Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF.

2. INTRODUÇÃO

A avaliação atuarial realizada apurou o valor das provisões matemáticas referente ao Plano de Benefícios REG/REPLAN SALDADO.

Os valores apresentados foram comparados ao Ativo Líquido dos Exigíveis e Fundos, do Plano de Benefícios REG/REPLAN SALDADO, a fim de se verificar seu equilíbrio financeiro e atuarial.

3. BASE CADASTRAL

O cadastro que serviu de base para a realização da avaliação atuarial foi o de 30/11/2007. A análise da base cadastral dos participantes ativos e assistidos demonstrou um nível aceitável de consistência.

3.1. Frequência de Participantes Ativos e Assistidos:

A distribuição da população vinculada ao Plano de Benefícios REG/REPLAN SALDADO, entre participantes ativos e assistidos, totalizou 42.988 pessoas, de acordo com o banco de dados utilizado.

Apresentamos a seguir um resumo da distribuição da população com os respectivos salários e benefícios:

3.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS

3.1.1.1.	Quantidade de Ativos	22.725
	Salário de Participação (R\$)	120.043.069,76
3.1.1.2.	Quantidade de Autopatrocinados	303
	Salário de Participação (R\$)	1.055.614,37

3.1.2. PARTICIPANTES ASSISTIDOS

3.1.2.1.	Quantidade de Assistidos	19.960
	Benefício INSS (R\$)	31.411.421,40
	Benefício FUNCEF (R\$)	46.125.832,40

4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

Regimes Financeiros: Capitalização

Método Atuarial: foi apurado o valor atual dos benefícios futuros em virtude do saldamento e, logo, não foi adotado método de financiamento.

5. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e parâmetros utilizados para calcular o Passivo Atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN SALDADO são as seguintes:

5.1. Dados Gerais

Data da Base da Avaliação: 31/12/2007

Data da Base Cadastral: 30/11/2007

5.2. Hipóteses Biométricas

Tábua de Mortalidade Geral: AT-83 M&F

Tábua de Mortalidade de Inválidos: WINKLEVOSS

Tábua de Entrada em Invalidez: HUNTER

Tábua de Rotatividade: EXPERIÊNCIA FUNCEF

5.3. Hipóteses Econômicas e Financeiras

Taxa real anual de juros: 5,5%

Índice Atuarial do Plano: INPC

Projeção do crescimento real

de benefícios do plano: 0,0%

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

dos benefícios do plano: 98%

dos benefícios do INSS: 0%

5.4. Hipóteses Etárias

Idade de Aposentadoria por Tempo de Contribuição

do Homem: a maior entre 53 anos ou idade atual

da Mulher: a maior entre 48 anos ou idade atual

Maioridade: 24 anos

Obs.: Idades estabelecidas a partir da idade de entrada em serviço aos 18 anos.

5.5. Composição Familiar

Família de Pensionistas

Ativos: 95% dos participantes são casados na data da aposentadoria, com esposas mais jovens 4 (quatro) anos.

Assistidos: foi utilizada a estrutura familiar informada.

6. APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Apresentamos a seguir, com base em valores de 31/12/2007, o Ativo Líquido dos Exigíveis do Plano de Benefícios REG/REPLAN SALDADO:

	VALORES EM R\$
Ativo Bruto	20.984.711.706,48
Exigível Operacional (-)	(492.406.500,59)
Exigível Contingencial (-)	(260.056.680,08)
Ativo Líquido dos Exigíveis	20.232.248.525,81

7. EXIGÍVEL ATUARIAL E FUNDOS

Com base no banco de dados, regime financeiro, hipóteses e parâmetros acima mencionados, foi certificado que o somatório das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios REG/REPLAN SALDADO totaliza R\$ 18.446.769.776,18, que subtraída a Reserva a Amortizar resulta no valor final de R\$ 18.446.369.254,67.

Considerando que os fundos somam a quantia de R\$ 1.528.180.405,64 e o ativo líquido dos exigíveis operacional e contingencial e dos fundos, inclusive do programa de investimentos, cuja monta é de R\$ 530.934,454, corresponde a R\$ 18.703.537.185,72, descontado o valor das provisões matemáticas, resulta num superávit técnico de R\$ 257.167.931,05.

A Provisão Matemática a Constituir, referente ao serviço passado, registra o valor atual das contribuições futuras dos participantes ativos a serem pagas a título de jóia.

A composição do Exigível Atuarial, Reservas e dos Fundos em 31/12/2007 está assim distribuída:

	VALORES EM R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	18.446.369.254,67
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	8.164.958.385,71
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	10.281.811.390,47
Provisões Matemáticas a Constituir	(400.521,51)
Serviço Passado	(400.521,51)
RESERVAS E FUNDOS	1.785.348.336,69
Superávit Técnico	257.167.931,05
Reserva de Contingência	257.167.931,05
Fundos	1.528.180.405,64
Fundo Previdencial	1.457.729.015,01
Fundo Previdencial para Ajustes Futuros	233.967.140,37
Fundo de Acumulação de Benefícios	236.881.119,52
Fundo para Revisão de Benefícios Saldado	986.880.755,12
Fundo Administrativo	70.451.390,63

O Superávit Técnico é decorrente da manutenção do valor registrado em exercícios anteriores, considerando que o resultado do REG/REPLAN Saldado, em 2007, foi deficitário em R\$ 427.556 mil e se deveu principalmente ao desagrevamento da tábua biométrica AT-83 M&F e à redução da taxa de juros. Esse resultado foi equacionado com os recursos do Fundo para Revisão do Benefício Saldado, conforme art. 116 do regulamento do REG/REPLAN.

O Fundo Previdencial para Ajustes Futuros foi constituído, parte em atenção ao art. 109, § 1º do regulamento do plano de benefícios, que mediante reavaliação atuarial ou à medida que se faça necessário, poderá ser revertido ao fundo administrativo, além de considerar que o plano de benefícios deverá continuar passando por ajustes, tanto do ponto de vista interno, como os ajustes cadastrais, baseados em informações que deverão ser ratificadas ou retificadas pela patrocinadora, quanto por influência externa, como cenário macroeconômico, que sinaliza ainda a necessidade de estudos de aderência da taxa de retorno dos investimentos e a perspectiva de evolução da sobrevivência, que exigirão novos procedimentos a serem adotados.

O Fundo de Acumulação de Benefícios foi constituído em atendimento ao disposto no art. 122 do regulamento do plano de benefícios.

O Fundo para Revisão de Benefício Saldado foi constituído em atendimento ao disposto ao art. 115 do regulamento do plano de benefícios.

8. ATESTADO DE VIABILIDADE TÉCNICA – MARCAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS DE LONGO PRAZO NA MODALIDADE MANUTENÇÃO ATÉ O VENCIMENTO

Em atenção à Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, tecemos manifestação acerca da viabilidade técnica do procedimento em epígrafe, adotado para o plano de benefício REG/REPLAN SALDADO.

Os Títulos Públicos de Longo Prazo constantes da carteira própria de Renda Fixa da FUNCEF são: NTN-C 2.017, 2.021 e 2.031 e NTN-B 2.024 e 2.045.

Conforme disposto no art. 6º, parágrafo 1º, do Item I da Resolução supracitada, a transição entre as modalidades não admite o estorno de ganhos ou perdas anteriores, passando, nesse caso, a incidir as taxas de juros do último dia de negociação antes do fechamento do balanço de 2007, tendo como contrapartida a não ocorrência de

alterações patrimoniais como consequência da medida, uma vez que o valor patrimonial dos títulos guarda correspondência com as taxas praticadas nos mercados.

Os efeitos da redução da taxa de juros no país, entre outras premissas que possam resultar em rentabilidade instantânea, superior à taxa de aquisição dos papéis, acarretarão rentabilidades futuras menores, podendo ser inferiores a meta atuarial, visto que a rentabilidade total no vencimento dos títulos será a mesma, independentemente de sua modalidade de contabilização.

Os citados ativos foram reclassificados em 28 de dezembro de 2007, passando da categoria “títulos para negociação” para a categoria “títulos mantidos até vencimento” pelas seguintes razões:

- a) propicia a redução da volatilidade dos títulos em carteira, por não estarem mais sujeitos às oscilações de mercado;
- b) permite uma melhor aderência da carteira de Renda Fixa ao passivo atuarial, tendo em vista que a correção desses ativos ocorrerá de forma compatível e superior à taxa de evolução do passivo atuarial;
- c) melhora o casamento de prazos entre a carteira de Renda Fixa e o fluxo atuarial de longo prazo;
- d) está fundamentado na capacidade financeira da FUNCEF para manter esses títulos até o seu vencimento, conforme estudos internos.

Considerando que o foco evidenciado neste demonstrativo é a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano, o resultado e rentabilidade da carteira de investimento do plano, no exercício de 2007, apresentaram condições financeiras para realização da alteração da modalidade de contabilização e ainda superar a meta atuarial.

Estudos internos demonstraram que sob este aspecto, o REG/REPLAN SALDADO apresenta situação de liquidez equacionada para período até 2.034 e merece um planejamento de liquidez nos últimos 9 anos do período de permanência dos papéis na sua carteira, contudo, todos os fundos de investimentos em participações têm prazos de vencimentos em período anterior a esta data, pelo que atestamos sua viabilidade técnica.

9. PLANO DE CUSTEIO

A adoção da premissa de saldamento dos benefícios dos participantes ativos e assistidos resulta num plano de custeio isento de contribuição, pois seus recursos garantem a interrupção definitiva do pagamento das contribuições ao plano, mantendo-se o direito à percepção proporcional do benefício originalmente contratado. Apenas em caso de déficit o custeio deverá ser revisto.

A contribuição dos assistidos para custeio administrativo está prevista no art. 109, inciso II do regulamento do plano, calculada sobre o valor da renda vitalícia ou pensão e paga de forma paritária entre assistidos ou pensionistas e patrocinador, sendo mantida em 2% para o exercício corrente.

10. CONCLUSÃO

O cálculo das provisões matemáticas do Plano de Benefícios REG/REPLAN SALDADO teve como base o banco de dados enviado pela patrocinadora, o regime financeiro, as hipóteses e parâmetros apresentados neste parecer. O total dessas reservas representa o valor atual dos compromissos futuros que o plano tem com seus participantes e sua necessidade financeira, para que este plano de benefícios não tenha insuficiência de patrimônio e permaneça, ao longo do tempo, em condições de arcar com seus compromissos previdenciários.

Alertamos que a rentabilidade patrimonial do plano deverá ser no mínimo igual à meta atuarial da Fundação, que é o INPC + 5,5 % a.a, para garantia de seu equilíbrio.

Conforme recomendações dispostas no DRAA de 2007, realizamos o desagrevamento da Tábua de Mortalidade Geral, sendo adotada a AT-83 M&F em sua plenitude, medida que atende à Resolução CGPC nº 18/2006.

Outra medida adotada foi a alteração da meta atuarial, passando a taxa de juros de 6% para 5,5% a.a., considerando a constante queda da taxa de juros no país e o atual cenário de estabilidade da economia que indicam, no longo prazo, maior necessidade de exposição a riscos, dificultando cada vez mais a alocação ideal do passivo.

Considerando as hipóteses e premissas adotadas nesta avaliação, os resultados apresentados neste parecer estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

11. RECOMENDAÇÕES

A Tábua de Mortalidade Geral utilizada para definir o valor das provisões matemáticas do REG/REPLAN SALDADO foi a AT-83M&F, porém, é importante analisar a tendência da massa de participantes ativos e assistidos do plano em função de modificações futuras, uma vez que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas para os cálculos.

Brasília, 29 de fevereiro de 2008.

ANTONIO FERNANDO TONI

M.I.B.A. nº 1.181

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO E NO REGULAMENTO DO PLANO

NOVO ESTATUTO

O Novo Estatuto da FUNCEF está aprovado e em vigor desde 01/08/2007. O ofício 2563 da Secretaria de Previdência Complementar, datado de 31 de Julho de 2007, confirma essa conquista. O documento (que pode ser consultado no site www.funcef.com.br, na seção Documentos Corporativos) corresponde ao resultado do esforço de muitos.

O Novo Estatuto traz como principais alterações, entre outros itens, a eleição, a paridade na Diretoria Executiva e a previsão de instalação dos Comitês de Assessoramento Técnico.

A partir de 2004 os avanços sobre o Estatuto se intensificaram, dentro de um relacionamento promissor entre os participantes e a patrocinadora.

O Grupo de Trabalho de Revisão Tripartite (participantes, patrocinadora e FUNCEF) foi instalado em outubro de 2004. Desde então, houve um processo de construção com muitos debates abertos, reflexões individuais e de grupos.

A proposta foi submetida e aprovada pelos órgãos deliberativos da própria Entidade, da Patrocinadora e depois submetida às Instâncias de Governo (Ministério da Fazenda, DEST/Ministério do Planejamento e Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social).

Confira a tabela comparativa de alterações do Estatuto no site www.funcef.com.br, seção Documentos Corporativos.

REGULAMENTO DO NOVO PLANO

ANTERIOR CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 103 – Este plano foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUNCEF em 22 de dezembro de 2005 e entrará em vigor na data de sua aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

ATUAL CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 103 – Poderão aderir a este PLANO na forma do artigo 6º, na condição de ASSISTIDOS do extinto FUNDO PMPP, os aposentados e pensionistas indicados pelo PATROCINADOR, cujos benefícios, resultantes da vinculação empregatícia com o mesmo, foram concedidos pelo ÓRGÃO OFICIAL DE PREVIDÊNCIA até 31 de dezembro de 1976, ou em data posterior, se decorrentes desses benefícios.

§ 1º – Os valores iniciais dos BENEFÍCIOS previstos no Capítulo IX, específicos para este grupo, serão estipulados na forma a seguir, com vigência a partir de 01/09/2006 e reajustados pelas regras deste plano:

I – valor apurado pelo enquadramento do ASSISTIDO na Patrocinadora no regime de 17 salários, multiplicado por 0,8 para pensionistas, deduzido o valor efetivamente pago pelo INSS.

REGULAMENTO DO NOVO PLANO

II – o valor encontrado no inciso anterior não poderá ser inferior a R\$ 201,39 (duzentos e um reais e trinta e nove centavos), vigente em 01 de setembro de 2006, observado o percentual de grupo familiar para pensionistas.

§ 2º – As reservas matemáticas necessárias para a cobertura dos BENEFÍCIOS a que se refere o parágrafo anterior serão de responsabilidade do PATROCINADOR, observadas as disposições especiais estipuladas em Termo específico a ser firmado entre o PATROCINADOR e a FUNCEF.

Art. 104 – Este PLANO foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUNCEF em 22 de dezembro de 2005 e entrará em vigor na data de sua aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.



SCN, Qd. 02, Bl. A, 12º e 13º andares,
Ed. Corporate Financial Center,
CEP 70712-900, Brasília-DF
Central de Atendimento 0800 979 1900
Telefone geral (61) 3329-1700
www.funcef.com.br

O **Relatório Anual de Atividades 2007** reúne as informações que você precisa para abrir um diálogo franco e aberto sobre a sua Fundação.

Apresente a FUNCEF para os colegas não associados e troque idéias sobre os números da Entidade com os amigos do trabalho, aposentados e pensionistas.

A sua participação fortalece os rumos da Fundação.



Associados - Maria Goreth Santos Carvalho
Saulo Pinheiro dos Santos